

ESTAÇÃO

2009

Idéias

EM REVISTA

ANO III – nº 22
Dezembro de 2008 e Janeiro de 2009

Rua Carolina Ma

Rua João Vicente

A última parcela do PCS e das FCs e CJs
Páginas 2 e 9

Definida proposta de Plano de Carreira
Páginas 6 e 7

Sisejufe briga pelo pagamento de atrasados
Páginas 9 e 15

Embarcamos no **TREM DO SAMBA**
para não perder o ritmo no
ANO NOVO
Páginas 26 e 27

Confira o valor da última parcela do PCS

Atual

Dezembro/2008

5a. PARCELA			Aumento		6a. PARCELA			Aumento	
VB	GAJ	TOTAL	em R\$	em %	VB	GAJ	TOTAL	em R\$	em %
6.567,78	3.021,18	9.588,96	3.076,90	47,25%	6.957,41	3.478,71	10.436,12	3.924,05	60,26%
6.371,99	2.931,12	9.303,11	3.009,95	47,83%	6.754,77	3.377,38	10.132,15	3.838,99	61,00%
6.182,05	2.843,74	9.025,79	2.944,20	48,41%	6.558,03	3.279,01	9.837,04	3.755,44	61,75%
5.997,79	2.758,98	8.756,77	2.879,64	49,00%	6.367,02	3.183,51	9.550,52	3.673,39	62,50%
5.819,03	2.676,76	8.495,79	2.816,23	49,59%	6.181,57	3.090,78	9.272,35	3.592,80	63,26%
5.522,98	2.540,57	8.063,55	2.574,91	46,91%	5.848,22	2.924,11	8.772,33	3.283,69	59,83%
5.358,32	2.464,83	7.823,15	2.519,05	47,49%	5.677,88	2.838,94	8.516,83	3.212,72	60,57%
5.198,59	2.391,35	7.589,94	2.464,15	48,07%	5.512,51	2.756,25	8.268,76	3.142,97	61,32%
5.043,63	2.320,07	7.363,71	2.410,22	48,66%	5.351,95	2.675,97	8.027,92	3.074,44	62,07%
4.893,31	2.250,92	7.144,23	2.357,28	49,24%	5.196,07	2.598,03	7.794,10	3.007,15	62,82%
4.644,38	2.136,42	6.780,80	2.154,79	46,58%	4.915,86	2.457,93	7.373,80	2.747,78	59,40%
4.505,92	2.072,72	6.578,64	2.108,13	47,16%	4.772,68	2.386,34	7.159,02	2.688,52	60,14%
4.371,59	2.010,93	6.382,52	2.062,30	47,74%	4.633,67	2.316,84	6.950,51	2.630,30	60,88%
4.241,27	1.950,99	6.192,26	2.017,28	48,32%	4.498,71	2.249,36	6.748,07	2.573,09	61,63%
4.114,86	1.892,83	6.007,69	1.973,06	48,90%	4.367,68	2.183,84	6.551,52	2.516,89	62,38%
3.992,22	1.836,42	5.828,63	1.929,66	49,49%	4.240,47	2.120,23	6.360,70	2.461,73	63,14%
3.873,24	1.781,69	5.654,94	1.887,03	50,08%	4.116,96	2.058,48	6.175,44	2.407,53	63,90%
3.757,83	1.728,60	5.486,43	1.845,18	50,67%	3.997,05	1.998,52	5.995,57	2.354,32	64,66%
3.645,86	1.677,10	5.322,96	1.804,13	51,27%	3.880,63	1.940,31	5.820,94	2.302,12	65,42%
3.537,24	1.627,13	5.164,37	1.763,83	51,87%	3.767,60	1.883,80	5.651,40	2.250,86	66,19%
3.357,11	1.544,27	4.901,39	1.615,17	49,15%	3.564,43	1.782,21	5.346,64	2.060,42	62,70%
3.257,06	1.498,25	4.755,31	1.579,58	49,74%	3.460,61	1.730,30	5.190,91	2.015,18	63,46%
3.160,00	1.453,60	4.613,61	1.544,62	50,33%	3.359,82	1.679,91	5.039,72	1.970,73	64,21%
3.065,84	1.410,29	4.476,13	1.510,32	50,92%	3.261,96	1.630,98	4.892,93	1.927,13	64,98%
2.974,50	1.368,27	4.342,76	1.476,67	51,52%	3.166,95	1.583,47	4.750,42	1.884,32	65,75%
2.823,05	1.298,60	4.121,65	1.351,90	48,81%	2.996,17	1.498,08	4.494,25	1.724,50	62,26%
2.738,91	1.259,90	3.998,81	1.322,17	49,40%	2.908,90	1.454,45	4.363,35	1.686,71	63,02%
2.657,29	1.222,35	3.879,64	1.292,99	49,99%	2.824,17	1.412,09	4.236,26	1.649,61	63,77%
2.578,10	1.185,93	3.764,03	1.264,34	50,58%	2.741,92	1.370,96	4.112,88	1.613,18	64,54%
2.501,28	1.150,59	3.651,87	1.236,21	51,18%	2.662,06	1.331,03	3.993,08	1.577,42	65,30%
2.368,24	1.089,39	3.457,64	1.123,19	48,11%	2.511,37	1.255,69	3.767,06	1.432,61	61,37%
2.269,65	1.044,04	3.313,69	1.057,73	46,89%	2.403,23	1.201,61	3.604,84	1.348,87	59,79%
2.175,20	1.000,59	3.175,79	995,66	45,67%	2.299,74	1.149,87	3.449,61	1.269,48	58,23%
2.084,69	958,96	3.043,65	936,82	44,47%	2.200,71	1.100,35	3.301,06	1.194,23	56,68%
1.997,98	919,07	2.917,06	881,05	43,27%	2.105,94	1.052,97	3.158,91	1.122,90	55,15%
1.896,60	872,44	2.769,04	801,49	40,74%	1.992,37	996,19	2.988,56	1.021,01	51,89%
1.817,79	836,18	2.653,97	752,55	39,58%	1.906,58	953,29	2.859,87	958,45	50,41%
1.742,27	801,45	2.543,72	706,22	38,43%	1.824,48	912,24	2.736,72	899,22	48,94%
1.669,91	768,16	2.438,08	662,37	37,30%	1.745,91	872,96	2.618,87	843,16	47,48%
1.600,59	736,27	2.336,86	620,83	36,18%	1.670,73	835,36	2.506,09	790,07	46,04%
1.519,63	699,03	2.218,67	560,33	33,79%	1.580,63	790,32	2.370,95	712,62	42,97%
1.456,61	670,04	2.126,64	524,06	32,70%	1.512,57	756,28	2.268,85	666,26	41,57%
1.396,21	642,26	2.038,46	489,76	31,62%	1.447,43	723,72	2.171,15	622,45	40,19%
1.338,33	615,63	1.953,97	457,33	30,56%	1.385,10	692,55	2.077,65	581,02	38,82%
1.282,88	590,12	1.873,00	426,66	29,50%	1.325,46	662,73	1.988,19	541,84	37,46%

Veja valores na página 9 das FCs e CJs

Cartas dos Leitores

SAPWeb, Plano de Carreira e convênio com a Unimed são os temas dos nossos leitores.

Página 4

Sindicais

Depois de denúncia de assédio moral, sindicato acompanha a situação em São Pedro da Aldeia.

Página 5

Plano de Carreira

A Fenajufe definiu a proposta da categoria para o projeto de lei sobre a carreira.

Páginas 6 e 7

Justiça do Trabalho

TST tem dinheiro em caixa para pagar os atrasados.

Página 8

Sindicais

Senado aprova criação de cargos no TRT.

Página 9

Justiça Eleitoral

Fenajufe vai ao TSE discutir pauta dos servidores.

Página 10

Justiça Eleitoral

Diretores do sindicato cobram pendências no TRE.

Página 11

Retrospectiva Jurídica

Um resumo das principais ações judiciais do Sisejufe na luta pelos direitos dos servidores.

Páginas 12, 13 e 14

Jurídicas

Sindicato oficia aos tribunais. Eleição no TRT: Doris sai em março. CNJ analisa Ato 569 do TRT e Ato 800 do TRE.

Página 15

Oficina Literária

Nossa colaboradora retorna com um conto (quase) sobrenatural.

Página 16



Cultura

O Trem do Samba levou nosso editor para Oswaldo Cruz na companhia de bambas.

Páginas 17, 18 e 19

Democratização do Judiciário

Conheça o magistrado da Bahia cujas sentenças podem ser lidas e entendidas por um marceneiro.

Página Central

Nossa História

O consultor sindical Ernesto Parés e o repórter Max Leone relembram o Nove de Novembro de 1988 na CSN.

Páginas 22 e 23

Internacional

O historiador Valter Pomar analisa “a linha do Equador” e a polêmica envolvendo o governo Rafael Correa, a Odebrecht e o governo Lula.

Páginas 24 e 25

Movimento Sindical

CUT organiza ato contra o imposto sindical.

Páginas 26 e 27

Crise do Capitalismo

Frei Betto dá voz ao anjo decaído do Mercado.

Páginas 28 e 29

Etnia

O historiador Helder Molina contextualiza o 20 de Novembro e a exclusão negra no Brasil.

Páginas 30 e 31

Internacional

Em matéria exclusiva para Idéias em Revista, os jornalistas Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá denunciaram: o Brasil se recusa a proibir bomba que atinge mais de 95% de civis.

Páginas 32 e 33

Deficientes

Saiba o que é o Sistema Dosvox e porque ele mudou a vida de muitos deficientes.

Página 34

Direitos Humanos

As promessas de 1948 e a realidade em 2008, a partir de dados da Anistia Internacional.

Páginas 35, 36 e 37

Latuff

A crítica do nosso cartunista aos que mantém fechados os arquivos da ditadura militar.

Página 38



SAPWEB CONTINUA ENLOUQUECENDO SERVIDORES E JURISDICIONADOS

No ano de 2003 a 2004 foi elaborado um relatório pela Corregedoria-Geral do Tribunal Superior do Trabalho que buscava apontar as principais mazelas constatadas nos Tribunais Regionais do Trabalho e Varas do Trabalho pelo Brasil. O TRT da 1ª Região, tido então como pioneiro entre os TRTs no Brasil apresenta desde então um grande volume de processos, carência de servidores, magistrados e deficiência em sua informática. Contrapondo-se à tal alardeada modernidade do TRT de hoje, já em 2004 a Justiça do Trabalho catarinense foi a primeira na implantação do petição eletrônico. No ano de 2006, o Corregedor-Geral do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Rider de Brito, ao fazer seu relatório a respeito da correição promovida no TRT fluminense, não mediu palavras: “o sistema informatizado arcaico da 1ª Região da Justiça do Trabalho, que abrange o Estado do Rio, reflete negativamente na capacidade de julgamento de suas instâncias”. Constatou-se que os equipamentos utilizados eram ultrapassados. No entanto pouco mudou de lá para os dias de hoje. Ao contrário das associações, representantes dos advogados fluminenses e cariocas, o Sindicato dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro disponibilizou em sua página na

internet uma crítica ao atual Sistema Informatizado de Acompanhamento Processual e denunciará ao CSJT o precário, lento e complicado sistema de acompanhamento processual.

Todos os usuários internos, partes e principalmente advogados têm ciência de que as Varas estão ficando paralisadas com a nova tecnologia, ferramenta essa que se confunde com o despreparo gerencial, pois sabemos que a linguagem dos técnicos de informática somente eles entendem. E o que seria para trazer agilidade e facilidades ao jurisdicionado, tornou-se um tormento por sua lentidão e trouxe um sofrimento imensurável para todos.

O que deu errado então? Desde o início ficou claro que não havia uma infra-estrutura e provavelmente por falta de um estudo logístico mais aprofundado não se deram conta do obsolescimento dos computadores e esqueceram-se também do principal, isto é, o treinamento dos funcionários para a melhor operatividade do novo sistema. Segundo Carlos Alberto Primo Braga, Assessor Sênior do Departamento de Comércio Internacional do Banco Mundial, com escritório em Genebra, “o sucesso na implementação do Governo Eletrônico não depende apenas da adoção de soluções tecnológicas competen-

tes. Ele pressupõe uma redefinição da atividade do setor público com relação ao cidadão”. Em *e-gov.br a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia*. Editora Prentice Hall, 2004. (...)

Este jurássico Sistema de Informática beneficia certamente não aos advogados e ao jurisdicionado, mas sim às empresas prestadoras de serviços que não demonstram nenhum compromisso social implementando um programa sem nenhum sistema funcional, o que contraria o projeto nacional de criação de uma plataforma unificada para todos os TRTs, proposto pelo TST e pelo CSJT. Em 2005, com a entrada da FGV no TRT, iniciou-se a tormenta, culminando com o 11 de Março de Niterói, quando da instalação do novo SAP. Mais uma vez foram elaborados relatórios, sem a participação efetiva ou consulta aos principais protagonistas, isto é, aqueles que diariamente, seja em um balcão de Vara, ou de seu escritório buscam saber o andamento de seus processos.

Decorrido o tempo de experiências e adaptações, pouco mudou. Aliás muito mudou para pior. Advogados se queixam que o serviço de consulta ou *push* não funciona, nem precariamente, e quando isso acontece as informações são desconstruídas, ou então após muitas tentativas di-

gitando códigos de segurança (?), os dados processuais não coincidem. Sem falar na instabilidade do sistema que mais fica fora do ar do que *online*, obrigando a todos reiniciarem o que estavam fazendo. Serviços são refeitos, ou então por “questões técnicas”, o SAP fica fora do ar o dia todo, ocasionando danos a todos, pois o advogado se vê perdido sem dar conta de saber qual o real andamento e localização dos autos de seus processos.

Também podemos citar os reflexos nas varas principalmente naquelas de grande movimento e número de processos que conta com pequeno número de funcionários. Em uma pesquisa realizada com o público e advogados, foram apontadas as seguintes causas para a lentidão dos processos: pouco número de funcionários, dificuldade de acompanhamento do processo face ao novo sistema, além das várias mudanças que ocorrem sem o tempo hábil para a devida aprendizagem do servidor, por exemplo, as novas tabelas processuais, elemento esse que só fez aumentar o desânimo, estresse e desesperança em nossas almas.

Cezarina Maria
Servidora da Vara
do Trabalho de Niterói

Plano de Carreira

Quero manifestar minha satisfação com os temas propostos para o próximo Plano de Carreira, elencados no “Fique por Dentro”, número 50, principalmente na abordagem de três itens relevantíssimos para o atual momento da categoria:

- Definição de critérios objetivos e democráticos para as funções e cargos comissionados. Esta definição possibilitaria a todos os servidores o acesso aos cargos de direção da instituição, proporcionando experiência administrativa indistintamente. Penso, inclusive, que o exercício destes cargos deveria ser por prazo certo;
- Ascensão funcional. É preciso es-

timular o desenvolvimento do servidor na carreira, principalmente dos servidores mais antigos, que trabalharam mais em prol da sua instituição. Defendo a ascensão por tempo de serviço, com cursos de capacitação avaliativos, e desde que tais servidores tenham a escolaridade exigida para o cargo;

- Redução da jornada de trabalho. Precisamos de mais qualidade de vida, tempo para capacitação, convívio familiar, entre outras coisas que a vida proporciona e que merecem nossa atenção.

Fraternalmente,

Marcio Thadeu Castelo Branco
Técnico Judiciário – TRE

Convênio com a Unimed

O novo contrato com a Unimed-Rio, sem dúvida, foi muito bom para todos os sindicalizados. Logicamente, tal convênio não deve se limitar ao plano de saúde. Há o seguro de vida em grupo que não possuímos. Sem falar no convênio de seguro de automóvel que até hoje não é satisfatório. Por outro lado, como nem só de trabalho vivem os homens, os convênios com pousadas e hotéis estão deixando a desejar, os preços não são bons, fica mais em conta, isto é, possuem melhor preço aqueles que não têm convênio com o sindicato.

José Mauro da Silva

Idéias EM REVISTA Caro José Mauro, os convênios não são a finalidade do sindicato. Nossa política de convênios se destina a facilitar a vida dos filiados – no caso do Plano de Saúde estamos praticamente substituindo o papel dos tribunais. Ainda assim, estudaremos sua sugestão. Temos convênio com seguro de vida, mas não em grupo. Para seguro de automóveis temos mais de uma opção. Em relação a convênios com hotéis e pousadas, a rede conveniada CMMC tem preços bem abaixo do mercado. Consulte nossa página da internet, na imagem Convênios.

Roberto Ponciano
Diretor do Sisejufe

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.

Sisejufe acompanha situação em São Pedro

Foto: Sérgio Brenner

Em 10 de novembro, o diretor do Sisejufe Valter Nogueira Alves e o representante de base Jeferson Moreira de Oliveira se reuniram com o corregedor-geral da Justiça Federal da 2ª Região Sérgio Feltrin Corrêa para tratar da representação, protocolada em 6 de novembro, contra a diretora de secretaria da Vara Federal de São Pedro da Aldeia.

Dias depois, o corregedor determinou a expedição de ofício à juíza federal de São Pedro da Aldeia para que prestasse informações, tendo em vista que as denúncias formalizadas atribuem uma série de fatos praticados pela referida servidora que, em tese, poderiam constituir infrações de ordem disciplinar.

Feltrin Corrêa determinou também a expedição de cópia da petição do Sisejufe à direção do Foro, para que o órgão proceda

da forma cabível, nos termos da Resolução 444 do Conselho da Justiça Federal (CJF). O corregedor solicitou ainda ser informado do encaminhamento dado à questão.

Ambos os ofícios já foram expedidos e o Sisejufe acompanha de perto a situação dos colegas que formularam as denúncias, mantendo contato freqüente com estes servidores. O Departamento Jurídico do sindicato busca junto à Corregedoria o mais célere andamento para a apuração dos fatos. Ainda que a diretora da secretaria não tenha sido afastada preventivamente, o Sisejufe acredita que a denúncia de atos de chefia que possam configurar constrangimento é de fundamental importância na luta pela erradicação do assédio moral dentro do Judiciário Federal.



*Da Redação.

Jeferson Oliveira: representante de base

Oficiais de Justiça encerram o ano com reunião e festa

Na noite de 2 de dezembro, na sala da antiga sede do sindicato (Rua Senador Dantas nº 117 – 1541), o Núcleo dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Nojaf) do Sisejufe promoveu reunião em que foi discutido o Projeto de Execução Fiscal Administrativa. O diretor do Sisejufe Marcio Cotta relatou aos colegas a reunião que teve com o diretor do foro em exercício sobre as restrições que vêm sendo aplicadas sobre a indenização de transporte. No en-

contro, o sindicato apresentou o requerimento administrativo que foi protocolado no CJF para evitar as perdas salariais para os oficiais com a substituição da FC5 pela GAE. No dia 8 de dezembro, o Nojaf promoveu a festa de final de ano do núcleo e estendeu o convite a todos os servidores das Centrais de Mandados. O evento aconteceu na Ilha do Sol, na Barra da Tijuca, a partir das 13h, com churrasco, bebidas e muita diversão.

STF admite viabilidade do MI sobre aposentadoria especial de Agentes e Inspectores de Segurança

O ministro Celso de Mello, do STF, admitiu a viabilidade do mandado de injunção do Sisejufe (MI 840) frente a direito constitucional não regulamentado (aposentadoria especial de agente e inspetor de segurança), bem como a inserção da tese do sindicato na jurisprudência renovada do STF. O Procurador Geral da República

Antônio Fernando de Souza proferiu parecer favorável no processo do Sisejufe sobre aposentadoria especial de oficial de justiça (MI 833), amparado pela mesma tese e sob a relatoria da Ministra Carmen Lúcia. O PGR tende a manter a mesma posição no MI dos agentes/inspetores, pois a tese é idêntica.



SISEJUF

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

Filiado à Fenajufe e à CUT

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CAPA:** Arte de Deisedóris de Carvalho sobre foto de Henri Figueiredo.
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro
IMPRESSÃO: DGD Artes Gráficas (8 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Fenajufe define proposta

Leonor Costa*

Fotos: Saraiva/Fenajufe

Nos dias 29 e 30 de novembro, servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União de vários estados do país foram os protagonistas de um momento que marcará a trajetória de lutas da categoria. Com a participação de 173 pessoas (98 delegados, 35 observadores e 40 ouvintes), a reunião ampliada da Fenajufe aprovou a proposta de Plano de Carreira que será apresentada à comissão interdisciplinar do Supremo Tribunal Federal (STF).

Marcaram presença na ampliada 27 sindicatos filiados à Federação, representados pelos delegados e observadores eleitos em assembléia geral nos Estados. O debate feito pelos servidores durante os dois dias da reunião ampliada, no Hotel Nacional, foi baseado nos pontos apresentados pelo GT de Carreira da Fenajufe, que sistematizou as propostas encaminhadas por vários sindicatos. Durante as últimas semanas os integrantes do GT Roberto Policarpo, Ramiro López, Jacqueline Albuquerque, José Oliveira, Moraes Júnior, Débora Mansur e Démerison Dias se reuniram várias vezes com o objetivo de analisar, de forma aprofundada, as sugestões elaboradas pela categoria ao longo deste ano, nos seminários, encontros e assembléias realizadas pelos sindicatos de base.

A coordenadora da Fenajufe e integrante do GT da Carreira Jacqueline Albuquerque lembra que este ano de 2008 foi bastante intenso para a categoria, que pôde participar ativamente do processo de construção da proposta de Plano de Carreira. Além da reunião ampliada, neste ano foram realizados outros dois grandes encontros nacionais e também inúmeras atividades nas capitais e também no interior dos estados.

“A reunião ampliada representou o esforço feito pelo conjunto das entidades filiadas à Fenajufe e demonstrou que a categoria está envolvida com o processo da elaboração do nosso Plano de Carreira. Também mostrou que todos os



Valter Nogueira Alves: coordenador da Fenajufe (de amarelo) defendeu a proposta do Rio na Reunião Ampliada

Marcaram presença na ampliada 27 sindicatos filiados à Federação, representados pelos delegados e observadores eleitos em assembléia geral nos Estados.

sindicatos realizaram seminários e debates seguindo as orientações das plenárias da Federação”, ressalta Jacqueline. Na avaliação da coordenadora da Fe-

najufe, a ampliada foi bastante positiva, considerando que a formulação que veio da categoria, por meio dos sindicatos, estará expressada no próximo Plano de Carreira do Judiciário Federal e MPU.



Entre os pontos contemplados na proposta, Jacqueline cita alguns que representam avanços importantes para a carreira em relação ao atual Plano de Cargos e Salários (PCS), como a manutenção dos níveis de acesso à carreira do Judiciário; progressão; promoção e desenvolvimento na carreira de forma horizontal. Ela cita, também, outras reivindicações históricas que foram reafirmadas pela categoria, como a exclusividade das funções comissionadas para os servidores do quadro; a redução do número de FCs e carreira única.

*Imprensa Fenajufe

Plano de Plano de Carreira

RESOLUÇÕES DA REUNIÃO AMPLIADA DA FENAJUFE PARA O PLANO DE CARREIRA

Data: 29 e 30 de novembro de 2008

Local: Hotel Nacional – Brasília (DF)

Entidades presentes: Sisejufe/RJ, Sindjus/DF, Sintrajud/SP, Sindiquinze/SP, Sintrajufe/RS, Sintrajusc/SC, Sintrajuf/PE, Sindjufe/BA, Sindjus/AL, Sinje/CE, Sindissétima/CE, Sindjuf/PB, Sinjuspar/PR, Sinjutra/PR, Sintrajufe/MA, Sindijufe/MT, Sindjufe/MS, Sitraemg/MG, Sitraam/AM, Sinjeam/AM, Sindjero/RO-AC, Sinsjustra/RO-AC, Sindjuf/PA-AP, Sintrajurn/RN, Sinpojufes/ES, Sintrajufe/PI e Sinjufego/GO.

1. Criação da Carreira

• Carreira única

- Áreas de atividades: judiciária, administrativa, especializada, segurança institucional e transporte, gestão e tecnologia da informação, atividades básicas
- Quadro único para efeito de remoção e redistribuição

2. Estrutura da Carreira

• Nomenclatura dos Cargos

- Do cargo de nível superior constarão as seguintes denominações: Analista Judiciário; Oficial de Justiça Avaliador Federal
- No cargo de nível fundamental e médio: Assistente Judiciário
- No cargo de nível fundamental apenas: Auxiliar de Apoio Judiciário

3. FCs e CJs

- Ocupação dos servidores do quadro: Ocupação exclusiva para servidor do quadro
- Extinção parcial, com manutenção das funções gerenciais e de assessoria técnica [o GT, a partir de estudos, definirá quantas e quais são as funções gerenciais]
- Destinação dos recursos das FCs extintas para remuneração
- Valores
Redução da opção para servidor do cargo efetivo de 65% para 35% com o valor revertido para a remuneração
- Critérios para ocupação das FCs e CJs: Processo seletivo; capacitação específica e avaliação; experiência no setor; revezamento periódico e mandato

- Acabar com a possibilidade de transformação das FCs para reestruturação administrativa [artigo da Lei 11.416/2006]

4. Gestão do Trabalho

- Conselho gestor da carreira
- Avaliação de desempenho: 360 graus como processo pedagógico

5. Formação

- Criação da Escola de Formação
- Adicional de Qualificação: Desvinculação do cargo e da função, com aproveitamento amplo da qualificação do servidor
- Percentuais
Ações de treinamento: 10%
Ensino Médio: 10%
Graduação: 10%
2ª Graduação: 10%
Especialização: 15%
2ª Especialização: 15%
Mestrado: 20%
Doutorado: 30%

6. Política Salarial

- Remuneração será composta por: vencimento base + gratificações
- Gratificações:
GAJ [Gratificação Judiciária]: 50% sobre o maior vencimento do cargo para todos os servidores
GAE: 35% sobre o maior vencimento do cargo dos oficiais de justiça
GAS: 35% sobre o maior vencimento do cargo dos agentes de segurança e transporte

Garantir na aposentadoria e pensão GAE e GAS

- Adicionais
Vantagem pessoal transitória [VPT] – servidor nomeado por concurso público para cargo de nível superior ao que ocupava, caso haja perda salarial Anuênio
Adicional de localidade [locais inóspitos]
Reajuste da VPNI [antigos quintos]

7. Licenças

- Licença mandato classista e participação em atividades sindicais
- Licença prêmio

8. Benefícios

- Auxílio educação

9. Jornada de Trabalho

- A reunião ampliada deliberou por não incluir no anteprojeto do Plano de Carreira artigo que trata sobre a jornada de trabalho

10. Outros

- Incluir artigos no anteprojeto para combater nepotismo, terceirização e assédio moral
- Fazer o enquadramento dos técnicos judiciários, área administrativa, especialidade transportes, na área segurança institucional e transportes



TST tem saldo expressivo ao fim do ano

Washington Luiz Moura Lima*

Na tabela que publicamos nessa página, é possível, até mesmo sem muitos cálculos, verificar a imensa margem existente no orçamento de pessoal e encargos sociais do TST – Tribunal Superior do Trabalho. De uma dotação Autorizada de gastos de R\$ 655 milhões, foram liquidados, até 29 de setembro, apenas R\$ 287,4 milhões. Ou seja, apenas 43,93%, quando restavam apenas 3 meses para o término do ano.

Para o pagamento das aposentadorias e pensões, de um total de R\$ 111,2 milhões, foram liquidados R\$ 74,7 milhões. Além disso, estão restando R\$ 37,7 milhões também no Projeto/Atividade denominado de “Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União – Aposentadorias, Reformas e Pensões”, que não foram remanejados para os Tribunais Regionais.

Juntando os dois Projetos/Atividade relativos ao pagamento de inativos e pensionistas, há R\$ 149,0 milhões Autorizados, e somente R\$ 74,7 milhões Liquidados, ou seja, somente 50,14% da dotação foram executadas. Para o pessoal ativo, foram liquidados apenas 55,14%, R\$ 328,5 milhões Autorizados, e R\$ 181,1 milhões Liquidados.

Também há Projetos/Atividade com saldos expressivos, que ainda não foram remanejados aos estados. São R\$ 77,7 milhões da “Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União. E, também há R\$ 518 mil para despesas do re-enquadramento do artigo 22. Somando os três Projetos/Atividade acima, o total do orçamento Autorizado é de R\$ 406,8 milhões. Portanto o total Liquidado para o pagamento do pessoal ativo é de apenas 44,53%, até 29 de setembro.

Para a “Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Federais”, há uma dotação de R\$ 81,8 milhões, e R\$ 31,8 milhões Liquidados, ou irrisórios

Projeto/Atividade	Dot. Inicial	Cred/Rem.	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	90.528.499	20.738.772	111.267.271	74.729.760	74.729.760	74.729.760	67,16%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	98.787.677	- 16.964.706	81.822.971	31.860.760	31.860.760	31.844.226	38,94%
Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União	85.362.835	- 7.602.617	77.760.218	-	-	-	0,00%
Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União - Aposentadorias, Reformas e Pensões	37.783.210	-	37.783.210	-	-	-	0,00%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações	18.704.696	- 1.377.290	17.327.406	-	-	-	0,00%
Pagamento de despesas decorrentes do enquadramento previsto no art. 22 da Lei no 11.416, de 15 de dezembro de 2006, no âmbito do Poder Judiciário	89.013.134	- 88.494.538	518.596	-	-	-	0,00%
Apreciação de Causas na JT - Pgo Pessoal Ativo	378.014.336	- 49.437.326	328.577.010	181.189.523	181.189.523	180.898.929	55,14%
Total	798.194.387	-143.137.705	655.056.682	287.780.043	287.780.043	287.472.915	43,93%

38,94% executados. Além disso, há dotação da referida Contribuição para a Reestruturação de Cargos, restando ainda R\$ 17,3 milhões.

Assim não só é possível, como necessário, o remanejamento de dotações para os Tribunais nos Estados para evitar “perdas” no orçamento, inclusive com as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, como vem ocor-

rendo nos últimos anos. Bem como para que exista uma maior igualdade orçamentária entre o TST e os Tribunais Regionais do Trabalho, evitando assim distorções inaceitáveis com Tribunais bastante avançados nos pagamentos de passivos e retroativos, e outros ainda muito atrasados.

*Economista.

Fenajufe trata de passivos com CSJT

O coordenador-geral da Fenajufe e do Sindicato, Roberto Policarpo, reuniu-se em 9 de dezembro com o secretário executivo do CSJT, Cláudio Rocha, e, em seguida, com o presidente do Conselho, ministro Rider Brito, para tratar, sobretudo, da questão dos passivos, cuja indefinição tem afligido os servidores. Policarpo pontuou principalmente a questão dos quintos e dos 11,98%. Brito informou que está em processo de negociação com a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), que integra o Ministério do Planejamento.

O Conselho também iniciou um levantamento de recursos internos para saber o montante da sobra do orçamento deste ano que ainda pode ser

investido. O intuito é priorizar o pagamento dos 11,98% (principal), já que servidores de estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro ainda não receberam a totalidade do valor principal. Policarpo pediu empenho do ministro Rider Brito nessa luta e salientou a importância desse valor ser pago ainda neste ano. “Os passivos representam conquistas dos servidores que ainda não foram efetivadas. Mais do que qualquer insatisfação pessoal ou coletiva, o não pagamento nega o direito conquistado de forma legítima pelo servidor. Daí a importância de quitar essas dívidas”, afirmou Policarpo.

*Da Fenajufe.

Fenajufe debate pauta dos servidores com TSE

Em reunião com o diretor-geral do TSE, Miguel Campos, a secretária de Gestão de Pessoal, Ana Cláudia Braga, Rubens André Gonçalves Dusí, chefe de sessão de Informações Processuais e a coordenadora de pagamento, Zélia de Oliveira de Miranda, em 17 de novembro, o coordenador-geral da Fenajufe e do Sindjus/DF, Roberto Policarpo, tratou de temas relevantes aos servidores da justiça eleitoral. Entre os itens da pauta foram discutidos: o pagamento dos passivos; os juros do enquadramento [art. 22 do PCS 3]; alterações na regulamentação de alguns pontos da Lei 11.416/2006, como AQ e remoção; o projeto que trata da isonomia e criação de FCs em cartórios e jornada de trabalho.

Em relação ao Adicional de Qualificação, Ana Cláudia informou que o TSE já enviou uma minuta com alterações na portaria aos

TREs para que opinem e sugiram mudanças no texto original. Só após a finalização desse processo, a nova portaria será enviada ao Plenário. A minuta que trata da remoção também será enviada para os regionais apresentarem suas sugestões de alteração. Dentre o conteúdo está a não proibição de remoção durante o estágio probatório, não ser impeditivo haver remoção com menos de dois anos, estabelecer um concurso nacional, alterar resolução antiga da ocupação de funções comissionadas nos cartórios, para que o removido possa ocupar a função comissionada também na nova lotação. Em razão da pauta do tribunal, a previsão é de que as portarias do AQ e da remoção só sejam votadas pelo Plenário no início do próximo ano.

Outro ponto colocado em pauta foi a reivindicação antiga da categoria, o paga-

mento do valor da FC dos chefes de cartórios seja o mesmo em todo o país. A proposta, está sob análise do relator, ministro Joaquim Barbosa, e prevê que todos devam receber o equivalente a uma FC6, independentemente de ser do interior ou da capital e a criação de mais uma FC1 para cada cartório. Miguel Campos acredita na criação de uma nova comissão para discutir a equiparação das funções comissionadas e de mais uma FC1, com participação dos regionais, que discutirá além desse tema, a ampliação de cargos nos cartórios. Por meio de Policarpo, a Fenajufe já manifestou seu interesse em participar desse novo ciclo de debates e salientou a importância de se enviar o mais rápido possível esse projeto para o Congresso Nacional.

*Imprensa Fenajufe.

STF admite greve durante estágio probatório

Por 3 votos a 2, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve o cargo de servidor público que, durante o estágio probatório, aderiu a movimento de greve e faltou ao trabalho por mais de 30 dias. A greve ocorreu no estado do Rio Grande do Sul, antes de o STF determinar a aplicação da Lei de Greve da iniciativa privada ao serviço público.

A tese vencedora foi a de que a falta por motivo de greve não pode gerar demissão. "A inassiduidade decorrente de greve não legitima o ato demissório", disse o ministro Carlos Ayres Britto. Para ele, a inassiduidade que justifica a demissão "obedece a uma outra inspiração: é o servidor que não gosta de trabalhar".

Na mesma linha, o ministro Marco Aurélio disse entender que, no caso, não há "o elemento subjetivo que é a vontade consciente de não comparecer ao trabalho". A ministra Cármen Lúcia também votou com a maioria. "O estágio probatório para mim, por si só, não é fundamento para essa exoneração", disse ela.

A matéria chegou ao STF por meio de um Recurso Extraordinário (RE 226966) de autoria do governo do Rio Grande do Sul, que exo-

nerou o servidor grevista. Este, por sua vez, voltou ao cargo por força de um mandado de segurança concedido pela Justiça estadual gaúcha.

O relator do caso no STF, ministro Carlos Alberto Menezes Direito, e o ministro Ricardo Lewandowski foram contra a decisão do Judiciário do Rio Grande do Sul. Para Menezes Direito, o servidor fez greve antes de o direito ser regulamentado por meio de decisão do STF e, além disso, estava em estágio probatório. Portanto, cometeu uma irregularidade que justificou sua exoneração.

"Como não havia a regulamentação do direito de greve, que só veio com a nossa decisão, [o servidor] não tinha cobertura legal para faltar e estava em estágio probatório. Se ele estava em estágio probatório e cometeu esse delito civil, eu entendo que ele não tem razão", disse Menezes Direito.

Lewandowski reiterou que "o direito de greve realmente exigia uma regulamentação", prova de que o dispositivo constitucional que trata da matéria (inciso VII do artigo 37) não era auto-aplicável.

*Fonte: TVJustiça.

Fenajufe realizará atividade no Fórum Social Mundial 2009

Militantes das várias organizações sindicais e sociais do Brasil e de outros países já estão se preparando para o Fórum Social Mundial de 2009, que será de 27 de janeiro a 1º de fevereiro, em Belém (PA). Como nos outros anos em que FSM foi realizado no Brasil, no Fórum de Belém, em 2009, será promovido um seminário da Coordenadora dos Trabalhadores do Judiciário do Cone Sul, entidade da qual a Fenajufe faz parte em conjunto com a FJA [Federação Judiciária Argentina] e da AFJU [Associação dos Funcionários do Judiciário do Uruguai]. A data exata do seminário ainda não foi definida, mas a Fenajufe já adianta que será na semana de 26 de janeiro a 1º de fevereiro. O local e a programação completa também serão informados posteriormente. Para saber mais detalhes sobre o FSM 2009 basta acessar o endereço: forumsocialmundial.org.br. (Da Fenajufe – Leonor Costa)

Fórum Social Mundial um outro mundo é possível

Sindicato cobra pendências no TRE

Em reunião realizada no dia 19 de novembro, a direção do Sisejufe cobrou do assessor da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE) Ronaldo Mesquita a solução para várias questões que afetam os servidores do tribunal. Entre os muitos pontos abordados no encontro, os diretores do sindicato Moisés Santos Leite, Valter Nogueira Alves e João Mac-Cormick expuseram a necessidade de o TRE estruturar a segurança no setor, com a criação da Polícia Judicial, projeto que tramita no Congresso Nacional. Também demonstraram que é urgente, por parte do tribunal, adotar critérios transparentes nas remoções das zonas eleitorais e da Sede, além da divulgação do quantitativo de servidores lotados por setor. Reivindicaram ainda definições quanto aos recursos existentes para o pagamento do Adicional de Qualificação.

Com o assessoramento da advogada Ludmila Schargel, do Departamento Jurídico do Sisejufe, os dirigentes sindicais questionaram a falta de prioridades do TRE no pagamento de passivos como anuênios, quintos, URV, enquadramento, adicional de qualificação, progressão ordinária. Outro assunto debatido foi a carência de pessoal nas repartições. Foi informado na reunião, que, de acordo com um levantamento feito em março de 2008 pelo próprio TRE, haveria uma necessidade de 996 novos servidores no órgão.

De acordo com os diretores do Sisejufe, o assessor da Presidência do TRE solicitou a compreensão do sindicato no sentido de que se aguarde até fevereiro do próximo ano para a realização das mudanças necessárias e possíveis. Uma nova reunião será marcada para a retomada das negociações.

Confira os pontos tratados na reunião

Estacionamento – O sindicato expôs a normatização hoje utilizada, pela ordem de Serviço DG 1/2008, e ponderou a necessidade de reestruturação para atender a um número maior de servidores. Em resposta, a administração do TRE se comprometeu

em fazer um estudo da demanda e otimizar a utilização das vagas. Levantou-se a possibilidade de se criar uma comissão para estudar o caso.

Pagamento de horas extras – A administração já paga as horas extras realizadas e aceita a opção pelo banco de horas. Entretanto, o assessor Ronaldo Mesquita se posicionou contrariamente em pagar as horas extras expiradas do banco de horas existente. Mas não descartou a possibilidade de estender o prazo para gozo das mesmas que atualmente é de dois anos.

Estruturação da Segurança – O TRE ficou de estudar o processo que tramita na Secretaria de Gestão de Pessoas protocolado pelos agentes de segurança em 2007. O assessor da presidência pediu que o sindicato aguardasse uma posição definitiva do presidente do tribunal para que se façam os estudos das reformulações necessárias no organograma do TRE. A previsão para se retomar as negociações é fevereiro de 2009. Os diretores lembraram também da necessidade de criação da Polícia Judicial (projeto que tramita no Congresso Nacional), da PEC 2 do Judiciário e da importância da estruturação da segurança pelos tribunais.

Critério para remoção e concurso de remoção – O sindicato cobrou transparência na divulgação dos critérios utilizados nas remoções e a lotação existente nas zonas eleitorais e na sede do tribunal. O representante do TRE considerou justas as ponderações e informou que vai decidir posteriormente sobre a divulgação dos dados.

Aumento dos benefícios – Os diretores do Sisejufe reivindicaram os aumentos do reembolso do plano de saúde e do auxílio-alimentação. O assessor do TRE ponderou que já existe uma discussão de isonomia no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O sindicato passa, então, a tratar do tema em conjunto com a Fenajufe.

Pagamento de passivos – O sindicato cobrou a

priorização no pagamento de passivos, como anuênios, quintos, URV, enquadramento, adicional de qualificação e progressão ordinária. O assessor Ronaldo Mesquita informou que o TRE já trabalha no assunto e que junta esforços no sentido de regularizar esses pagamentos. O sindicato também cobrou transparência no Sistema de Apuração de Débito (SAD). A administração lança débitos para os servidores e estes são compensados sem os princípios da ampla defesa e do contraditório. O Sisejufe também sugeriu que as informações do SAD ficassem disponíveis no "Portal do Servidor".

Resolução TRE 666/2007 – Questionado pelos diretores do Sisejufe, o representante da Presidência do TRE disse saber da existência do dispositivo regulamentar que trata da incidência de juros a serem pagos após um mês de atraso de qualquer pagamento aos servidores. Ele entende ser justa a deliberação e informa que a melhor forma de tratar o assunto seria não permitir o acúmulo de dívidas.

Carência de servidores – Sobre a falta de pessoal, o sindicato informou que o TSE fez pedido ao TRE relativo a este tema e, em março de 2008, o TRE respondeu que a carência é de 996 servidores. O sindicato já cobrou do TRE, em abril, uma solução para o quadro de motoristas que são cedidos e terceirizados. Ronaldo Mesquita afirmou que vai avaliar a questão, mas não conhece "nenhum órgão com motoristas que sejam servidores concursados". O Sisejufe informou que alguns tribunais já estão se adequando à legislação em vigor, que não permite terceirização nas áreas de segurança e transporte, de forma a não contrariar o que dispõe a Lei 11.416/2006.

Adicional de Qualificação – Os diretores do Sisejufe exigiram uma decisão sobre os recursos existentes e sugeriram a avaliação dos conteúdos programáticos dos cursos para uma melhor avaliação e decisão. O assessor do TRE afirmou ser pertinente essa análise.

*Da Redação.

Fotos: Sérgio Brenner



João Mac-Cormick



Moisés Santos Leite



Valter Nogueira Alves

Ano de lutas e vitórias jurídicas

Max Leone*

Num ano de muito trabalho político e de ação no campo jurídico, a atuação do Departamento Jurídico do Sisejufe foi marcante em 2008. Dentre os vários processos movidos e acompanhados pelos advogados em favor dos servidores sindicalizados, destaca-se o que impediu, após longa batalha, a revisão da extinção de especialidades e a terceirização de cargos no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região. Com a medida adotada pela direção do tribunal – a Resolução 4/2007 –, deixaram de existir especialidades como operador de computador, carpintaria e marcenaria, artes gráficas, telecomunicações e eletricidade, mecânica, programador e transporte e segurança. Numa atuação eficaz, o Departamento Jurídico do sindicato denunciou a prática ao Tribunal de Contas da União (TCU) que, por meio do Acórdão 1.200/2008, publicado em julho, determinou a suspensão da resolução do tribunal. Evitamos, assim, a terceirização de cargos no TRT do Rio. Também vale destacar a luta do Sisejufe contra o nepotismo na Justiça Militar do Rio, em cumprimento à Resolução 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que impede a contratação de parentes de juízes para cargos de comissão e função de confiança.

“A ação contra o TRT é a primeira do país que impede a Administração de terceirizar os cargos do Judiciário Federal. Foi uma grande vitória do sindicato. O TCU acolheu a tese defendida pelo Sisejufe ao determinar que é ilegal a medida do TRT que terceiriza a atribuição da carreira dos servidores

do Judiciário Federal”, explica o advogado Rudi Cassel, assessor jurídico do Sisejufe no Distrito Federal.

O Sisejufe também obteve vitórias no âmbito da Justiça Militar. Em outra atuação firme, a entidade denunciou a prática de nepotismo no Rio. Diante do pedido de providências protocolado em 12 de agosto de 2008 no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), três parentes de magistrados da Justiça Militar foram demitidos em seguida. O sindicato cobrou o cumprimento da Resolução 7/2005, que impede a contratação de parentes de juízes para cargos em comissão e função de confiança. Acionado pelo sindicato, o CNJ solicitou informações ao Superior Tribunal Militar (STM) e à Primeira Circunscrição Judiciária Militar do Rio de Janeiro sobre três funcionários “com afinidade em primeiro grau” com os juízes Edmundo Franca e Antonio Cavalcanti Siqueira Filho.

Na ocasião, o conselheiro relator deu 15 dias para que um dos juízes prestasse esclarecimentos a respeito de uma certidão de união estável que o sindicato anexou ao processo. O referido magistrado afirmou que não vivia em regime de união estável com a pessoa mencionada pelo Sisejufe na ação no pedido de providências que tramitou no CNJ, o que não caracterizaria a situação de nepotismo da enteada do juiz.

Diante desse fato e devido ao compromisso com a moralidade administrativa, o Sisejufe juntou ao processo cópia autenticada da escritura que comprovava a referida união, motivando o pedido de esclarecimentos do conselheiro Jorge Maurique, dirigido

Foto: Henri Figueiredo



Cassel: advogado no Distrito Federal

ao juiz militar. O desfecho foi o afastamento de três servidores devido ao grau de parentesco com os magistrados. A atuação política e jurídica do Sisejufe contra a prática de nepotismo foi destacada pela imprensa nacional. O fato foi noticiado na edição de 1º de outubro da revista semanal “CartaCapital”, na coluna Rosa-dos-Ventos do jornalista Maurício Dias.

Uma outra iniciativa do Sisejufe na área Jurídica deverá se transformar em grande vitória logo no começo de 2009, depois do recesso do Judiciário. A entidade reivindica na Justiça o reajuste de 14,23% provenientes do não repasse previsto pela Lei 10.698/2003. Outra ação que está prestes a sair, com parecer favorável aos servidores sindicalizados ao Sisejufe, é a que trata da incidência de Imposto de Renda (IR) sobre o abono de permanência. Se 2008 foi de muito trabalho, em 2009 o Departamento Jurídico do Sisejufe estará preparado para novas ações.

*Da Redação.

Abril

Incorporação dos quintos

O processo tramita na 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, sob o número 2008.34.00.013114-8. A medida se tornou essencial, a partir da reconsideração feita pelo ministro Eros Grau no mandado de segurança 25.763 impetrado pela Advocacia Geral da União, que impugna o acórdão do TCU que deferiu a incorporação até 2001.

Maio

Extinção das especialidades do TRT

O Sisejufe participou de audiência com o ministro André Luís de Carvalho, do TCU, para tratar do processo 009.674/2007-5, movido pelo sindicato questionando a Resolução 4/2007 do TRT, que extinguiu várias especialidades dos cargos de Técnico Judiciário. Foi entregue ao ministro cópia integral do processo administrativo iniciado pela entidade no TRT, o qual resultou no reconhecimento de que as especialidades de segurança e programador devem ser preservadas.

Inclusão de vagas no concurso do TRT

O sindicato ajuizou ação civil pública com pedido de liminar que impugna o Edital 1/2008, da Presidência do TRT. O objetivo era a extensão das vagas para aquelas especialidades com carência reconhecida pelo tribunal, o que não foi respeitado pelo edital de abertura do concurso. A assessoria jurídica do sindicato propôs a ação na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Correção da VPNI dos quintos

A ação 2007.34.00.043584-8 pede o reconhecimento do direito à correção da VPNI dos quintos incorporados, com base no reajuste dos valores de CJ-1 a CJ-4 efetuado pela Lei 11.416/2006. Tramita na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distri-

to Federal. Embora a demanda seja dirigida, inicialmente, apenas aos que incorporaram quintos com base nas funções que deram origem aos CJ-1 a CJ-4, antes denominadas FC-7 a FC-10, o seu resultado poderá beneficiar os que incorporaram quintos sobre as FC-1 a FC-6, tendo em vista a natureza de revisão geral do reajuste dos CJs, devidamente demonstrada na inicial.

GAS na aposentadoria

O processo 2008.34.00.016873-6, com pedido de tutela antecipada, requer a extensão da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) aos filiados aposentados, vinculados aos órgãos do Poder Judiciário da União no Rio. Apesar da conquista representada pela criação da GAS na Lei 11.416/2006, que não restringiu essa gratificação apenas aos servidores em atividade, a Portaria Conjunta 1/2007 impediu o pagamento da parcela ao inativos. A ação foi movida na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Atrasados do Adicional de Qualificação no TRT

No processo 2008.34.00.017096-9 proposto pelo Sisejufe, a entidade pede o pagamento dos efeitos financeiros retroativos do Adicional de Qualificação (AQ), em benefício dos seus filiados do TRT. Baseado no artigo 15, § 3º, da Lei 11.416/2006, que é claro ao afirmar a retroatividade do adicional, desde o momento da averbação do título, diploma ou certificado. Mesmo para os servidores beneficiados com o deferimento do adicional nas listagens publicadas em 8 e 21 de maio, não houve qualquer providência para pagamento dos valores atrasados.

Junho

Aposentadoria especial para agentes e inspetores de segurança

Após ter ingressado com mandado de injunção para os oficiais de justiça avaliadores federais, o Sisejufe fez o mesmo para

beneficiar agentes e inspetores de segurança de todos os órgãos do Poder Judiciário, pleiteando aposentadoria especial de 30 anos para homem e 25 anos para mulher. O processo recebeu a numeração MI 840 no Supremo Tribunal Federal. Em seqüência, foram impetrados os mandados de injunção em favor dos servidores com periculosidade e insalubridade. No dia 26 de novembro, o ministro Celso de Mello, do STF, admitiu a viabilidade do Mandado de Injunção, impetrado pelo Sisejufe, para aposentadoria especial de Agentes e Inspetores de Segurança.

Ação contra nepotismo na Justiça Militar

O Sisejufe apresentou pedido de providências no CNJ contra casos de nepotismo que ainda resistem na Justiça Militar do Rio. A medida é prevista no regimento interno do Conselho, para que seja respeitada a Resolução 7/2005, que proíbe diversas formas de parentesco em cargos ou funções de confiança e terceirizações de serviço no Poder Judiciário da União. Três parentes de magistrados da Justiça Militar foram demitidos em seguida.

Agosto

Remoção de servidores com Ato 800/2008

O Departamento Jurídico ingressa com procedimento de controle administrativo no CNJ e o conselheiro relator pede informações ao TRE sobre o Ato Administrativo 800, que determina a remoção dos servidores que se afastarem por mais de 15 dias em razão de licença médica. O procedimento de controle administrativo recebeu o número 2008.10.00.002009-0, tendo como relator o conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. O mesmo procedimento para o Tribunal Regional do Trabalho. O procedimento de controle administrativo foi distribuído sob o número 2008.10.00.002009-0, tendo como relator o conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá.

Os servidores podem acompanhar o andamento dos processos no portal sisejufe.org.br.

Lá, há uma imagem Ações Coletivas do Sisejufe, com os dados e o resumo de ações coletivas em andamento.

Retrospectiva 2008

Substituições de FCs e CJs

Em requerimento protocolado no TRF da 2ª Região, o Sisejufe pediu que os filiados que exercem FC ou CJ em regime de substituição, ainda que em período inferior a dez dias, sejam remunerados com a retribuição da FC ou do CJ. A matéria é baseada na Resolução 3/2008 do CJF, bem como na anterior Resolução do CJF 307/2003.

União homoafetiva

O CSJT, ao julgar o processo 197278/2008-000-00-00.6, entendeu que cabe a cada TRT regulamentar o reconhecimento da união homoafetiva para fins de dependência econômica e inclusão previdenciária e de assistência à saúde. O Sisejufe retomou a discussão em requerimentos encaminhados para todos os tribunais e tem ação civil pública.

Setembro

Informações sobre o Ato 569/2006

Na ação movida movido pelo Sisejufe fez o Conselho Nacional de Justiça intimar o TRT para que preste informações sobre o Ato 569, que determina a exoneração de cargo em comissão e dispensa de função comissionada, bem como a remoção dos servidores que se afastarem para licença para tratamento de saúde ou por motivo de doença de família. O processo tem o número 200810000021653 e o relator é o conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá.

Outubro

O Departamento Jurídico do Sisejufe preparou as seguintes ações para ajuizamento em substituição processual para seus filiados, envolvendo os temas:

- 1) Aproveitamento do tempo de serviço de empresa pública e sociedade de economia mista para todos os efeitos legais, estatutários e previdenciários;
- 2) Paridade para aposentadorias que não foram beneficiadas pela Lei 11.416/2006;

- 3) Afastamento da incidência do Imposto de Renda sobre abono de permanência e devolução dos valores descontados;
- 4) Suspensão da contribuição previdenciária incidente sobre Férias e Adicional de 1/3 de Férias;
- 5) Conversão da licença-prêmio em pecúnia para servidores ativos e inativos;
- 6) Cobrança judicial dos passivos ainda pendentes.

Novembro

Ação sobre 14,23%

O Departamento Jurídico do Sisejufe tem ação pelos 14,23%, que é o percentual correto a ser aplicado por conta do que representa a VPI da Lei 10.698/2003, em relação à menor remuneração do serviço público naquela época. Essa ação será julgada em breve, sendo desnecessária a adesão a outras ações. A sentença da Seção Judiciária do Distrito Federal, que deferiu 13,23%, deveria ter condenado a União em 14,23%, que é o percentual a que os servidores têm direito. O sindicato prepara recurso de apelação e, posteriormente, de recurso extraordinário para o STF. O processo dos 14,23% tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal (2007.34.00.040968-1) e o futuro recurso será julgado no STF conjuntamente com o recurso da sentença de procedência dos 13,23%.

Correção da parcela VPNI dos quintos de FC1 e FC6

O Sisejufe ingressou com ação em favor de seus filiados pleiteando a correção da VPNI de quintos decorrentes do exercício de FC-1 a FC-6, diante do percentual de 50% aplicado pela Lei 11.416/2006 às CJ1 a CJ4. No processo, o sindicato reivindica a extensão da revisão de 50% à parcela incorporada, tendo em vista que a natureza jurídica do reajuste de CJ1 a CJ4 foi de recomposição do poder aquisitivo da moeda. A medida judicial cobra a extensão do reajuste (que será integralizado em 50% a partir de dezembro/2008) e o pagamento dos valores atrasados, desde junho de

2006. O processo tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Suspensão do desconto do Imposto de Renda sobre Abono Permanência

Mais uma ação do Sisejufe que agora pleiteia a suspensão da cobrança de Imposto de Renda incidente sobre o abono de permanência, bem como a devolução dos valores descontados. O abono de permanência apresenta natureza indenizatória, em valor igual ao da contribuição previdenciária de 11% descontada mensalmente. O abono é pago quando o servidor preenche os requisitos para a aposentadoria, mas opta por continuar trabalhando. O processo tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Perda da FC5 dos oficiais de justiça avaliadores federais

Em defesa dos oficiais de justiça avaliadores federais filiados ao Sisejufe, o Departamento Jurídico protocolou requerimento administrativo no Conselho da Justiça Federal, pedindo a aplicação da Gratificação de Atividade Externa (GAE) no valor de 35%, sobre o maior vencimento básico previsto na Lei 11.416/2006 (analista judiciário, Classe C, Padrão 15), a todos os oficiais de justiça avaliadores; ou, sucessivamente, a manutenção da opção da FC5, após dezembro de 2008, aos oficiais de justiça avaliadores federais que ocupem as classes/padrões entre A1 e C12, até que atinjam a classe/padrão C13; ou ainda, sucessivamente, o pagamento mensal da diferença entre a FC5 e a GAE, a título de vantagem pessoal, aos oficiais de justiça que ocupem as classes/padrões entre A1 e C12, até que atinjam o C13. A medida deriva das perdas remuneratórias que ocorrerão a partir da integralização da GAE, programada para dezembro de 2008, que abrange os oficiais de justiça entre A1 e C12, pelo fato de terem o percentual de 35% calculado sobre seu vencimento e não sobre o maior.



Sindicato oficia aos tribunais federais

Em ofícios protocolados nos dias 10 e 11 de dezembro, no TRT, JF, TRE e TRF, o Sisejufe pede esclarecimentos sobre vários aspectos remuneratórios, tributários, previdenciários ou funcionais para viabilizar a defesa dos interesses dos sindicalizados. Nos documentos, o sindicato questiona aos tribunais se houve reconhecimento administrativo da incorporação de quintos até a vigência da MP 2.225-45/2001 e se há valores atrasados de incorporação de quintos/VPNI pendentes de pagamento. Também é questionado se houve reconhecimento administrativo do reajuste de 11,98% e se houve inclusão da Vantagem Pecuniária Individual (VPI – R\$ 59,87) da Lei 10.698/2003 na gratificação natalina (13º) e no adicional de 1/3 de férias.

O Sisejufe também solicita informações sobre a incidência de contribuição previdenciária de 11% sobre o adicional noturno, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, férias e adicional de 1/3 de férias. Em relação à VPNI dos quintos, o sindicato questiona se houve alguma correção da parcela incorporada com base na Lei 11.416/2006. Na seqüência dos documentos, a direção do Sisejufe pede informações sobre a incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência e sobre auxílio pré-escolar/creche, além de questionar se cada tribunal converte em pecúnia a licença-prêmio adquirida, não gozada e não averbada em dobro, por ocasião das aposentadorias (voluntárias e involuntárias) ou para os servidores em atividade que não tenham

interesse em gozá-la ou averbála em dobro.

Por fim, no documento, é questionado a cada tribunal se é ou não efetuado o cômputo do tempo de serviço prestado na condição de empregados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista Federais, para todos os fins legais e previdenciários, inclusive para incorporação de adicional por tempo de serviço, licença-prêmio e 20 ou 25 anos de serviço público das regras de transição da EC 41/2003 e EC 47/2005. Nesse sentido, o Departamento Jurídico do Sisejufe ajuizou ação (processo 2008.34.00.039370-7), na Seção Judiciária do Distrito Federal, pedindo a declaração do direito à averbação e cômputo a seus filiados, para todos os efeitos le-

gais, estatutários e previdenciários, do tempo de serviço prestado às empresas públicas e às sociedades de economia mista, independente do ente federativo a que pertençam, bem como em cargos efetivos distritais, estaduais ou municipais, ambos inclusive para contagem do adicional por tempo de serviço e da licença-prêmio.

Apesar da diversidade de temas, a direção considera que as respostas são essenciais para que o sindicato possa informar adequadamente seus filiados sobre diversos direitos que integram a situação funcional e remuneratória do servidor do Poder Judiciário da União no Estado do Rio de Janeiro, qualificando as intervenções necessárias.

*Da Redação.

Eleição no TRT: sai Doris, assume Aloysio Santos

Foto: TRT



Aloysio Santos: posse em março

O desembargador Aloysio Santos é o presidente eleito do TRT da 1ª Região, para o período 2009-2011, em substituição à desembargadora Doris Castro Neves. Em sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada na quinta-feira, 4 de dezembro, com o quórum de 48 desembargadores, o diretor da Escola de Magistratura da Justiça do Trabalho foi eleito com 28 votos para ocupar a Presidência. Santos será o presidente da 25ª Administração da his-

tória do TRT. A próxima gestão contará ainda nos cargos de direção com três mulheres. A desembargadora Glória Regina Ferreira Mello assumirá a vice-presidência; a desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry foi eleita para a Corregedoria, ficando como vice-corregedora a desembargadora Maria das Graças Cabral Viégas Paranhos. O Regimento Interno do Tribunal prevê que a posse ocorra na segunda quinzena de março. (Fonte: TRT)

CNJ analisa Ato 569 do TRT e Ato 800 do TRE

A direção do Sisejufe protocolou, dia 9 de dezembro, um Procedimento de Controle Administrativo (PCA) no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contra a portaria 2008/00050 da Justiça Federal. A parte final do Inciso II do Artigo 9º da portaria prevê a possibilidade de colocação do servidor à disposição, com alteração de lotação ou remoção, que estiver afastado por licença médica superior a 30 dias, seja por licença para tratamento da própria saúde ou por motivo de doença de alguém da família.

O Departamento Jurídico do sindicato detectou que o ato do diretor do Foro e do corregedor permanente dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal é inconstitucional e ilegal. Por esse motivo, a entidade deu entrada no PCA. Para a

direção do Sisejufe, a situação é absurda pelo fato de o servidor terminar duplamente penalizado, ou seja, sofre pelo seu problema de saúde ou de seu familiar, e ainda se vê vítima de uma medida arbitrária que lhe coloca à disposição, podendo ser removido para qualquer outra localidade.

O sindicato já discute a nulidade de outros dois atos no CNJ, como o Ato 569/2006 do TRT e o Ato 800/2008 do TRE. No dia 16 de dezembro, terça-feira, estão pautados para a sessão plenária do CNJ o PCA 2008.10.00.002165-3 – que trata do Ato 569/2006 do TRT da 1ª Região –, e o PCA 2008.10.00.002009-0, que trata do Ato 800/2008 do TRE. O conselheiro relator é José Adonis Callou de Araújo Sá. (Da Redação.)

O veredicto clínico amargou o chope e o resto das nossas vidas

Mabel

Marlene de Lima*

A princípio, éramos apenas colegas na Faculdade de Arquitetura da UFRJ. Depois, apaixonados. Um dia resolvemos morar juntos num pequeno apartamento em Copacabana. Ali recebíamos os amigos. Dali, Mabel se foi para sempre.

Era bonita, alegre. Amante da vida, costumava dizer que o mal sempre pode ser vencido. Não era bem assim. Num glorioso fim de tarde na Avenida Atlântica, tremeu em sua mão um veredicto clínico que amargou o chope e o resto das nossas vidas.

Câncer no cérebro. Quando morreu no Hospital São Lucas, não estive ao seu lado, como nos filmes românticos. A UTI já havia desglamourizado a morte.

Sou um cético. Compareci ao ofício religioso, apenas para homenagear Mabel. Mas saí arrasado e, às nove da noite, ainda vagava pela praia, sem saber o que fazer das lembranças.

Em casa, acendi todas as luzes. Abri seu armário para sentir o perfume das roupas. Minhas mãos apertaram o tecido de um tomara-que-caia de seda vermelha, num ato de masoquismo. Eu não sabia lutar contra o sofrimento.

Depois, desabei na cama. Parecia que tinha sido atropelado por um trator.

Sonhei com Mabel. Usava o mesmo vestido e me levou pela mão até a sala. Ali, duas cadeiras, deslocadas dos seus lugares, estavam uma defronte à outra, no centro. Nos sentamos frente a frente, seguros pelas mãos.



As cadeiras começaram a girar como num carrossel. A velocidade ganhava força. Passavam por meus olhos os objetos, quadros, cortinas, o papel de parede colorido, avivado por uma luz brilhante em torno de nós dois. Mabel sorria e seus cabelos pretos esvoaçavam. Como se fôssemos crianças e nada de mau tivesse acontecido.

De repente, ela soltou minhas mãos e se afastou sumindo na penumbra.

Acordei às oito. Arrastei-me até o banheiro. Meus gestos eram pesados, inúteis. O sonho me perseguia. Tudo impregnado da presença dela.

Me vesti de qualquer jeito. De novo fui atraído pelo armário. Olhei o seu interior. O vestido vermelho tinha despencado e se amontoava no fundo. Recoloquei-o no cabide. “Você me fez sonhar com ela, amigo.” Disse e saí do quarto, chorando.

No limiar da sala, porém, estaquei. Uma corrente gelada me fez estremecer.

No meio da sala, estavam caídas as duas cadeiras. Uma jarra tombada na mesa despejara as rosas, que se espalhavam por todo o piso. Livros, enfeites, abajures. Tudo fora do lugar, como tocados por uma ventania louca. Cercado pela bagunça, quase ouvi o riso de Mabel.

Eu tremia sem conseguir pôr ordem no estranho caos. Mais tarde, também não pude me concentrar no trabalho. As coisas não se encaixavam. Precisava achar uma explicação lógica.

Nunca a encontrei. Trinta anos depois, ainda penso naquela noite.

Flora, minha mulher, tem certeza de que Mabel veio se despedir, do seu jeito lúdico.

Sou mesmo um descrente, mas a estranha ciranda me deu energia para continuar. Reconciliei-me com a alegria de Mabel. E hoje até posso dizer que sou feliz.

*Servidora aposentada do TRT-RJ.



Trilhos sonoros

Texto e fotos
Henri Figueiredo



Dezenas de composições clássicas animaram quatro composições de trens da SuperVia que partiram, lotadas como sempre, da Central do Brasil rumo a Oswaldo Cruz na noite de 2 dezembro – o Dia Nacional do Samba. A viagem pelas 15 estações entre a Central do Brasil e Oswaldo Cruz teve início às 19h30min e, durante aproximadamente 30 minutos, o balanço dos vagões foi embalado pelos maiores bambas do Rio de Janeiro. No primeiro vagão, Marcos Sampaio de Alcântara, ou simplesmente Marquinhos de Oswaldo Cruz, 47 anos, cantava a plenos pulmões junto da Velha Guarda da Portela. Ele é um dos fundadores do Movimento Acorda Oswaldo Cruz e idealizador do Trem do Samba – que este ano completou seu 13º aniversário.



No segundo vagão, a responsável pela festa foi a Velha Guarda do Império Serrano. No terceiro vagão, o Pagode da Tia Doca pôs público pra balançar. Nos vagões seguintes, Moacyr Luz e o Samba do Trabalhador, Cacique de Ramos e Clube do Samba. O primeiro trem levou o nome de um mestre: Candeia. Os três seguintes igualmente: Trem Silas de Oliveira (com a Velha Guarda do Império Serrano), Trem Cartola (com a Velha Guarda da Mangueira e do Salgueiro), Trem Luiz Carlos da Vila (em homenagem ao compositor morto em outubro, com a Velha Guarda da Vila Isabel).

A falta de espaço, constante para quem usa os trens diariamente, foi compensada pela trilha sonora. A programação começou mesmo antes da partida do primeiro trem. Das 17h às 20h30min, baterias das escolas de samba animavam os passageiros em plena Central do Brasil. A reportagem de Idéias em Revista teve o privilégio de viajar no primeiro vagão do Trem Candeia – junto de equipes de televisão que tiveram de, ao menos uma vez no ano, disputar o espaço apertado do vagão com centenas de passageiros. E sem perder o bom humor. A estimativa dos organizadores era de que 10 mil pessoas fariam o percurso do Trem do Samba, cujo ingresso era um quilo de alimento não-perecível. A viagem também foi didática. Que o diga o repórter de uma rede nacional de televisão que após entrevistar um

integrante da bateria da Portela, anotou o nome do entrevistado e perguntou, baixinho, apontando para o tamborim: isso é um pandeiro?

“Além da música, esta é uma viagem boa pra imprensa que nunca olha pro trabalhador que anda como sardinha em lata todo dia. Pelo menos hoje, eles estão aqui. E olha que a viagem é sem parar, meu filho!”, divertia-se dona Josélia Arruda. Ela é serviços gerais numa empresa do Centro, mora em Bento Ribeiro mas aproveitou o Trem do Samba para passar pela “muvuca” de Oswaldo Cruz antes de voltar pra casa.

Acima, a Velha Guarda da Portela aquece no Trem Candeia. Abaixo, Marquinhos de Oswaldo Cruz (de branco) comanda a festa pelo 13º ano consecutivo.



No bairro, três palcos foram montados para a continuação da festa. Diante do primeiro, ao lado dos trilhos do trem, a maior aglomeração popular. Milhares de pessoas disputavam espaço para se deslocar entre as barracas. No palco, o Pagode da Tia Doca, Bombril, Genaro da Bahia e Almir Guineto, entre muitos outros. Ao lado do palco, Serginho de Meriti fazia uma social enquanto a futura secretária de Cultura do governo Eduardo Paes, Jandira Feghali, cumprimentava Noca da Portela e o cartunista Lan. Marquinhos de Oswaldo Cruz comemorava: “Aqui a festa é do povo, não precisa comprar abadá! Por isso as autoridades vêm visitar. Aqui, a estrela é o sambista”. Ali próximo, no Buraco do Galo, ao lado da Associação de Moradores, até *charme* rolava sob uma lona amarela. O Dia Nacional do Samba é realmente uma data muito democrática.



Em Oswaldo Cruz, sambistas e passageiros se espalharam em 20 rodas de samba nas ruas Átila da Silveira e João Vicente. Na Praça Paulo da Portela, em frente à Portelinha – sede da Velha Guarda – havia mais espaço para circular e o clima era mais tranquilo. Pelo palco da praça passaram as Velhas Guardas, Zé Catimba, Trio ABC, Ari do Cavaco, Anderson Paz e Tatinho da Mangueira.

Na volta para casa, a SuperVia, concessionária dos trens, programou trens extras saindo de Oswaldo Cruz para a Central, sem paradas em outras estações. Esses trens extras saíram às 23h, 24h e 1h. E no balanço, no retorno, dessa vez sem batuque, foi a hora de olhar para os erros e acertos do ano que se encerra e lembrar dos versos de Luiz Carlos da Vila:

(...) Iremos achar o tom
Um acorde com um lindo som
E fazer com que fique bom
Outra vez, o nosso cantar
E a gente vai ser feliz
Olha nós outra vez no ar
O show tem que continuar.



À esquerda, no centro, o cartunista Lan não reclama do “aperto”. Acima, o palco da Rua João Vicente. Abaixo, Serginho de Meriti e Genaro da Bahia; Jandira Feghali; e a imprensa numa viagem típica para o subúrbio.



No interior da Bahia, um ju

Gláucia Milício*

Humanizar a figura do juiz e banir o excesso de juridiquês das decisões judiciais pode parecer ainda algo distante de acontecer no Judiciário, mas lá no interior da Bahia, na pequena cidade de Conceição do Coité, de 58 mil habitantes, o juiz Gerivaldo Alves Neiva, de 46 anos, consegue.

Ele leva seus “companheiros”, como gosta de chamar os moradores e até mesmo os réus que chegam ao fórum da cidade, a discutir o conteúdo e o resultado de suas decisões judiciais em bares, celas, praças e até mesmo em comunidade no site de relacionamento Orkut. Ele também costuma dar título para as mais polêmicas: “Sentença para ser lida e entendida por um Marceneiro” e “A crônica de um Crime Anunciado” são alguns exemplos.

A discussão jurídica lá em Coité só é garantida entre os moradores pela simplicidade das decisões de Gerivaldo. O juiz dispensa formalismo e é firme ao ressaltar que suas decisões não precisam satisfazer colegas e jurisdicionados. “Só precisa ser justa.”

Pau para toda obra

Gerivaldo julga cerca de 100 processos por mês e exerce uma jurisdição plena: cuida do criminal, cível e eleitoral. Segundo ele, na linguagem popular, “é pau para toda obra”. Antes de chegar à magistratura, 18 anos atrás, o juiz se formou em sociologia com especialização em educação popular. Era estudioso de Leonardo Boff e Paulo Freire. Essa formação o acompanha até hoje na busca da Justiça utópica.

No último mês de agosto, Gerivaldo conseguiu dividir a cidade com mais uma de suas decisões. Ele mandou soltar um rapaz de 21 anos, mudo e surdo, acusado de furto, a quem chama de Mudinho. Como pena, determinou que ele fosse estudar e procurar emprego.

“O que esperar de alguém que passou a infância e adolescência lançado à sorte, esquecido pelo Estado? De certo, que se torne um bandido. O que pode mudar o futuro desse indivíduo é a forma como será aplicada a Justiça.

Se jogado em uma penitenciária, talvez a ressocialização seja a última coisa que acontecerá”, escreveu na sentença “A Crônica de um Crime Anunciado”.

O juiz conta que, depois dessa decisão, metade da cidade gostou do resultado, dizendo que Mudinho merecia mais uma chance. A outra, contudo, alegou que a decisão poderia causar grandes problemas e Gerivaldo podia até se tornar a próxima vítima do jovem mudo.

A sua decisão sobre o caso de um marceneiro também ganhou repercussão. Em linguagem simples, como de costume, o juiz escreveu sobre José de Gregório Pinto, que comprou um telefone celular, “certamente pensando em facilitar o contato com a sua clientela”. Dois meses depois de ter domado os dedos grossos e calejados” para apertar os botões do aparelho, o telefone quebrou. Não teve conserto. “Seu Gregório” também não conseguiu nenhum acordo nem com a Siemens, fabricante do produto, nem com as Lojas Insinuantes, que lhe venderam o celular. E foi à Justiça.

O juiz não aceitou nenhum dos argumentos tanto da Siemens como das Lojas Insinuantes. Ficou do lado do “Seu Gregório”. Gerivaldo dispensou as provas técnicas e qualquer outra formalidade da Justiça. Apenas mandou a loja devolver a “Seu Gregório” o dinheiro usado para comprar o celular. Mandou também a Siemens enviar ao marceneiro um novo aparelho, “para que ele não se desanime com as facilidades dos tempos modernos”.

Simples assim. Afinal, “no mais, é uma sentença para ser lida e entendida por um marceneiro”, registrou.

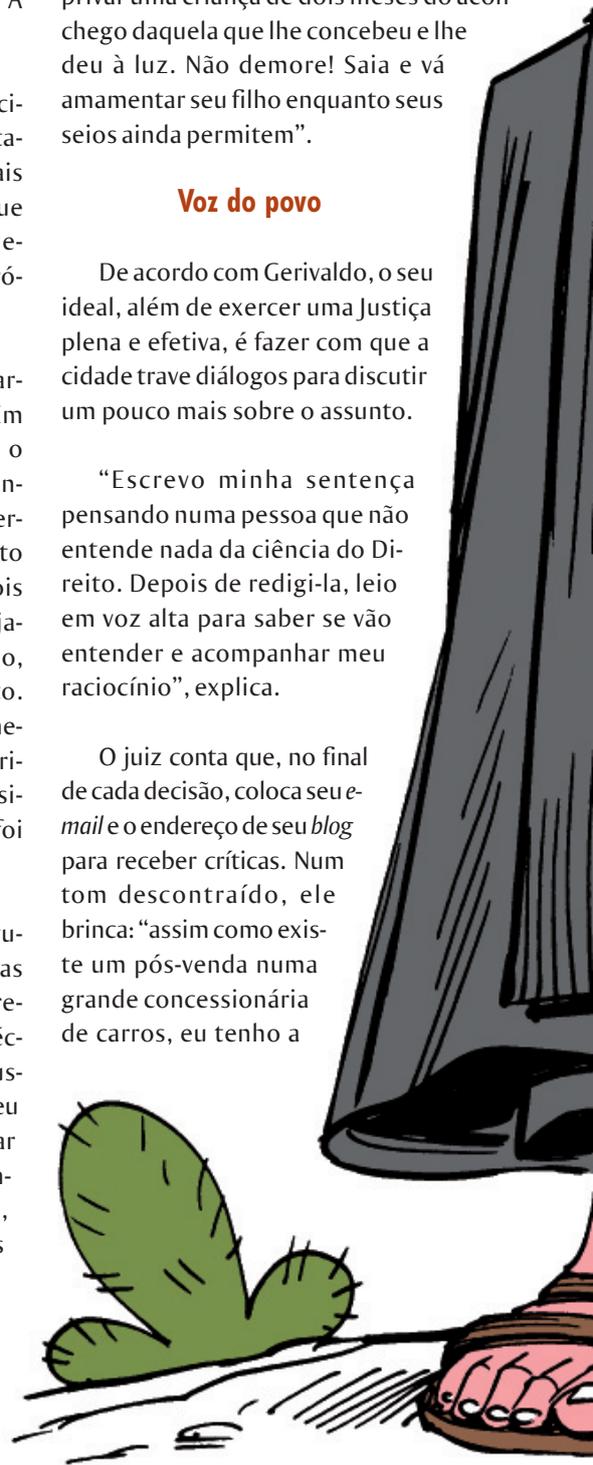
Noutro caso, Neiva mandou expedir alvará de soltura para uma jovem de 19 anos, acusada de envolvimento com o tráfico de drogas. Ela é mãe e, na época, seu bebê tinha dois meses. Na decisão ele escreveu: “Não, Graciele, você não necessita do seu filho, ao contrário, ele chora todos os dias, sente falta do cheiro da mãe, do seu leite, do seu calor e do seu amor. Talvez você não mereça, mas é um crime ainda maior privar uma criança de dois meses do aconchego daquela que lhe concebeu e lhe deu à luz. Não demore! Saia e vá amamentar seu filho enquanto seus seios ainda permitem”.

Voz do povo

De acordo com Gerivaldo, o seu ideal, além de exercer uma Justiça plena e efetiva, é fazer com que a cidade trave diálogos para discutir um pouco mais sobre o assunto.

“Escrevo minha sentença pensando numa pessoa que não entende nada da ciência do Direito. Depois de redigi-la, leio em voz alta para saber se vão entender e acompanhar meu raciocínio”, explica.

O juiz conta que, no final de cada decisão, coloca seu e-mail e o endereço de seu blog para receber críticas. Num tom descontraído, ele brinca: “assim como existe um pós-venda numa grande concessionária de carros, eu tenho a



o juiz ensina o que é Justiça



“inária” de cada ser humano. Para ele, e uma violência derivada. Explicou que os jovens entram no mundo do crime e das drogas por falta de base familiar. Aí, não resolve. “O sistema prisional é lixeira humana”.

Baile da lei

De acordo com o juiz, a Constituição Federal de 1988 convidou o Judiciário para um grande baile social, democrático e transparente. Na festa, a magistratura seria representada por garçons e dançarinos. Sendo ele, os dançarinos deveriam dançar e tudo: salsa, merengue, xote e até tango argentino.

Passados 20 anos, Gerivaldo acredita que o Judiciário ainda não criou o espaço para o baile e está pior do que antes. “Sem dinheiro, não tem baile. Sem Poder Judiciário forte, autônomo e bem estruturado, como pensar na garantia dos direitos constitucionais?”

Gerivaldo diz que a magistratura não quer a função de garçom e menos ainda de dançarino. “A magistratura jamais aprendeu a dançar e também não se dispõe a aprender. Aliás, já bailou em alguns lugares, só que inacessíveis ao povo e não grande forró popular.”

O juiz afirma que, enquanto o Judiciário não preparar o espaço para o baile e não for um bom anfitrião, o sonho de Jus-deal não vai virar realidade. “Enquanto o Judiciário não for completamente democratizado e a figura do juiz, humanizada, não teremos saída.”

*Fonte: Revista Consultor Jurídico
[Veja o *blog* do magistrado:
gerivaldoneiva.blogspot.com]

Nove de Novembro de 1988

Ernesto Parés*

Algumas vezes me pedem para contar a história dos acontecimentos na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a ação do exército contra operários, resultando no assassinato de três jovens. Mas sempre evitei escrever sobre isto pois, por ter estado tão envolvido, temo me estender demais ou deixar a emoção tomar conta.

Volta Redonda é um exemplo típico da era da “industrialização” brasileira. Uma antiga fazenda de café que foi desapropriada por Vargas para a construção da primeira Usina Siderúrgica do país e que se transformou na maior da América Latina. No período da ditadura militar a cidade tornou-se “Área de Segurança Nacional”.

O Nove de Novembro de 1988 começou alguns meses antes. Na verdade começou numa tarde de agosto, durante uma reunião normal da diretoria do Sindicato, quando um dos diretores deu informes sobre o ânimo dos trabalhadores. A avaliação era de uma insatisfação geral, principalmente no terreno econômico. Em setembro a campanha já tinha tomado força!

Em outubro, no dia 5, era promulgada a nova Constituição Federal. Isto dava novo fôlego porque a Constituição garantia dois direitos que já eram motivo de reivindicações há muito: turno de 6 horas para os trabalhadores em regime de revezamento e readmissão dos demitidos por motivos de greves ou políticos. Imediatamente, as duas bandeiras foram incorporadas.

Na sexta-feira, 4 de novembro, uma assembléia convocada pelo sindicato aprovava o início da greve para a segunda-feira seguinte. No sábado houve uma reunião para avaliar as condições e a distribuição das tarefas. Precisávamos discutir o boletim que seria distribuído e também a possibilidade de a empresa aceitar as reivindicações: pagamento da URP atrasada, reintegração dos demitidos e turno de 6 horas.

Na segunda-feira (7) tudo começou como o previsto. Um grupo de diretores entrou com um panfleto curto: “A Greve Começou”. Imediatamente os vários setores iam aderindo e parando os equipamentos que podiam parar ou preparando os mais

Antes das dez horas da noite o telefone tocou. Era o general José Luiz Lopes, comandante das tropas. Ele queria um encontro. Eu ofereci uma comissão onde estavam também Dom Waldir Calheiros e Dr. Marino Clinger.

delicados para o desligamento. Por volta das oito horas, eu estava no sindicato quando recebi a notícia de que a paralisação já era um fato e que só os equipamentos essenciais estavam mantidos. A preocupação era não deixar o pessoal aceitar provocações da chefia nem abandonar a área da Usina.

Na tarde da terça-feira recebemos a informação de que vários caminhões com soldados do exército estavam chegando à cidade. Houve movimentação de tropas durante toda a noite, novos batalhões vindos de Resende e de outros quartéis chegavam. Muitos carros de combate estavam posicionados nas quatro entradas da Usina. E víamos também uma inusitada quantidade de soldados da PM.

Para a quarta-feira estava programando um ato público de apoio aos metalúrgicos. Perto das seis da tarde, o Sindicato ficou quase vazio, mas tudo aconteceu muito rapidamente! Duas funcionárias que saíram para ver o ato voltaram correndo e chorando. “A polícia está batendo no pessoal, na rua, e jogando bombas de gás!”

Imediatamente eu liguei para os companheiros que estavam na Usina para saber como estavam e soube que a situação estava piorando. Pouco depois recebi a informação de que os soldados estavam atirando e a notícia de que já havia um companheiro morto.

Antes das dez horas da noite o telefone tocou. Era o general José Luiz Lopes, comandante das tropas. Ele queria um encontro. Eu ofereci uma comissão onde estavam também Dom Waldir Calheiros (bispo de Volta Redonda) e Dr. Marino Clinger (prefeito da cidade). A reunião foi no Hotel Bela

Vista, pouco antes da meia-noite. Durante o curto encontro, foi feito um acordo: os soldados suspenderiam o fogo e os metalúrgicos se retirariam da Usina pela manhã.

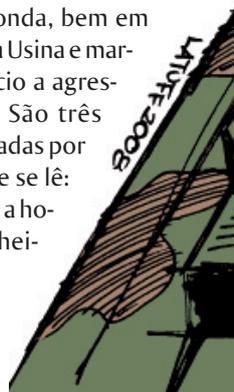
Na quinta-feira, mal começava a clarear o dia, estávamos na portaria para acompanhar a saída. Destaco apenas uma entrevista do próprio general dizendo que o centro de informações do exército havia falhado: segundo suas informações, haveria cerca de 300 ou 400 metalúrgicos, mas, pela manhã, saíram mais de 5 mil lá de dentro!

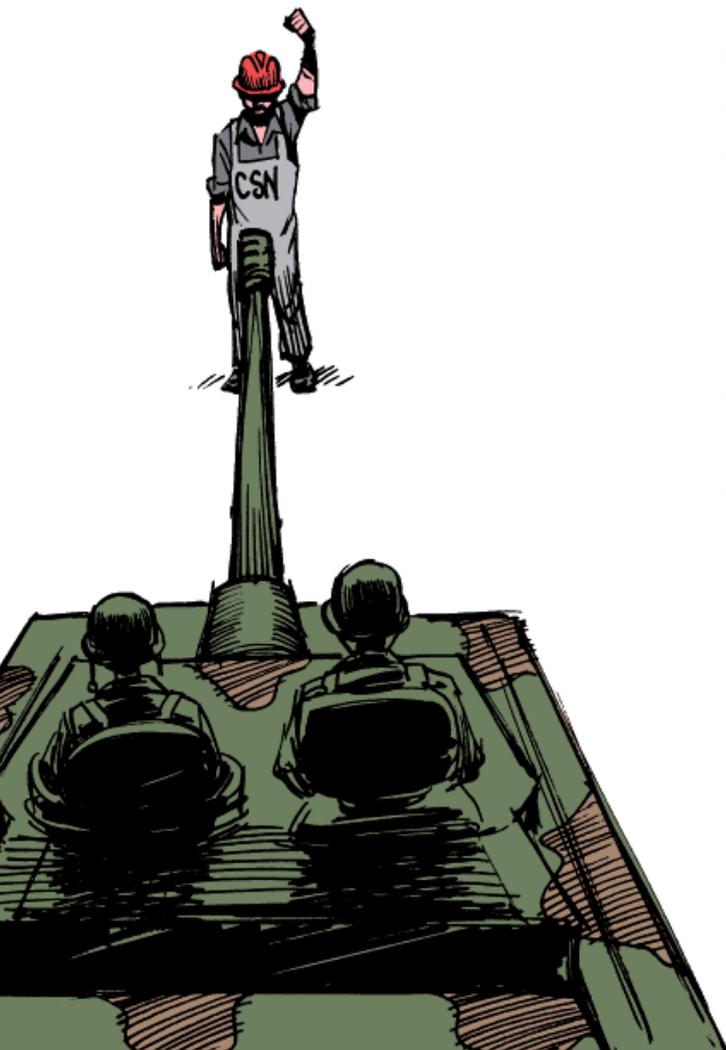
Passando em Volta Redonda, bem em frente da entrada principal da Usina e marcando o local onde teve início a agressão, vemos um Memorial. São três placas de concreto, atravessadas por uma lança, e uma placa onde se lê: “A William, Valmir e Barroso, a homenagem de seus companheiros.”

O Memorial foi inaugurado no dia 1º de maio de 1989 e derrubado por uma bomba no dia seguinte. Até hoje não se conhece a autoria do atentado, mas o Memorial está novamente lá, de pé, levantado pelos próprios metalúrgicos.

Quem foram estes companheiros que tombaram? Que “terroristas” foram combatidos pelo exército? Carlos Augusto Barroso tinha só 19 anos. Acabara de fazer o serviço militar e a CSN era o seu primeiro emprego. Estava noivo e tinha projetos de voltar a estudar para seguir carreira na siderúrgica. William Fernandes Leite tinha 22 anos e sua família era de Minas Gerais. Valmir Freitas Monteiro, de 27 anos, trabalhava na Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM) da CSN.

Valmir foi atingido por um tiro na nuca e ainda gritou “Está doendo, acho que me acertaram”. Barroso, além dos tiros, teve o crânio esmagado por coronhadas. William estava voltando do refeitório na hora que os soldados começaram a atirar. Foi surpreendido e, mesmo atingido, andou cerca de 30 metros, caindo perto dos companheiros. O Sindicato ainda identificou cerca de trinta metalúrgicos feridos por balas e mais de duzentas pessoas foram atendidas nos hospitais em decorrência das violências dos militares no centro da cidade.





18
a
re
ras
em
e
dos
ou
te,
im

Mas a greve continuou. No dia 23 de novembro a direção do sindicato foi chamada para uma reunião no Escritório Central da CSN. Ao sair de lá, Juarez Antunes, presidente do sindicato, pegou o microfone e anunciou para os trabalhadores: “A CSN aceitou todas as nossas reivindicações. Vai pagar os atrasados, em três parcelas, implantar o turno de 6 horas e reintegrar todos os companheiros demitidos”. A praça estava em festa. Depois de dezessete dias de greve, os metalúrgicos lamentavam apenas as três vidas roubadas. Mas Juarez, antes de colocar em votação o final da greve, anunciou uma nova exigência: “Eu disse para eles que nós estamos prontos para voltar ao trabalho... mas primeiro eles vão tirar todos os soldados e tanques da Usina. Eu falei que nenhum metalúrgico entra enquanto tiver um só soldado lá dentro!”

O jornal O Globo noticiou assim: “O Exército começou a deixar a Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, exatamente às 13h40min, quando uma Veraneio cheia de oficiais cruzou os portões da entrada Leste da empresa, no bairro do Jardim Paraíba. A seguir passaram 71 veículos, entre caminhões, jipes, ambulância e caminhonetes, além de oito tanques. Às 13h45min, o último veículo deixou a empresa.”

Às duas da tarde entravam para trabalhar os primeiros metalúrgicos. No portão da CSN, os demais companheiros e a população da cidade aplaudiam os que entravam e gritavam os nomes de William, Valmir e Barroso.

*Jornalista, consultor sindical e assessor político do Sintergia.

Vinte anos sem William, Valmir e Barroso

Max Leone*

O ano de 2008 marca não só os 20 anos da promulgação da Constituição Federal. Este ano, mais precisamente no dia 9 de novembro, completaram-se 20 anos da morte de três operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. William, de 22 anos, Valmir, de 27, e Barroso, de apenas 19, morreram no terceiro dia da greve de ocupação organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da região, em 1988. O movimento lutava pela implantação do turno de 6 horas, direito de greve, reposição salarial e a reintegração de trabalhadores demitidos por atividade sindical. Para não passar em branco, houve homenagens e atividades entre os dias 5 e 9 de novembro em vários pontos da cidade, entre elas a promovida pelo Centro Acadêmico de História 9 de Novembro para divulgar e resgatar a luta dos trabalhadores de Volta Redonda. Debates foram feitos, exposições de fotos e de recortes de jornais, culminando com um culto ecumênico na Praça Juarez Antunes.

O movimento grevista teve início logo após a promulgação da Constituição, em outubro de 1988. E começou fora do período de negociações entre sindicato e a direção da empresa. De acordo com dirigentes sindicais da época, como Bartholomeu Citelli, a entidade queria aproveitar o clima de nova Constituição para lançar um processo de negociação. Na ocasião, o Exército mantinha, em Barra Mansa, o 22º Batalhão Motorizado, que sempre entrava em prontidão nos períodos de negociação.

Eram tempos de governo José Sarney e a Carta Magna consagrava o turno de revezamento de 6 horas. A direção do sindicato decidiu iniciar uma “campanha de emergência” reivindicando a nova jornada de trabalho, o pagamento da URP, que era a unidade de reajuste salarial em vigor na época, e a reintegração de trabalhadores demitidos por participarem de uma greve geral convocada no ano anterior. A CSN, como previsto, não negociou, alegando que o acordo salarial estava concluído. Mesmo assim, os trabalhadores decidiram, numa assembléia

realizada em 4 de novembro, que a greve começaria no final da tarde do dia 7.

De surpresa, a diretoria do sindicato entrou na CSN no dia 6, à noite de um domingo, e na segunda-feira pela manhã os ativistas fizeram o “arrastão”, iniciando a greve. Como não poderia deixar de acontecer, logo houve o primeiro confronto com a PM e um grupo de diretores sindicais e trabalhadores que estavam fora da empresa, tentando entrar e fazer o “arrastão”. Os policiais tentaram impedir a entrada e houve confronto, mas sem mortes.

Os três operários foram mortos no terceiro dia do movimento, depois da chegada do Exército, que invadiu a fábrica. Os metalúrgicos montaram barricadas. Defenderam-se com paus e pedras. Dois dos três assassinados foram abatidos a tiros, disparados à distância possivelmente por atiradores de elite. O terceiro foi encurralado por militares e espancado até a morte.

As mortes chocaram e mobilizaram a população em favor dos grevistas. O caso teve repercussão nacional e internacional, e as atenções de toda a mídia se voltaram para cidade. Um dos pontos altos foi o “abraço” dado na CSN pelos populares. Diante de tanta confusão, a CSN cedeu e atendeu a todas as reivindicações dos metalúrgicos, depois de 12 dias de paralisação. Mas os trabalhadores só entrariam na fábrica depois que o Exército saísse. Os militares deixaram o local por acessos secundários. Saíram pelos fundos.

O episódio ficou atravessado na garganta dos militares, tanto que, no dia 1º de maio do ano seguinte, o monumento erguido na Praça Juarez Antunes, em memória à morte dos três operários foi alvo, horas depois, de um atentado: uma bomba explodiu e destruiu o memorial. A atuação do Exército no atentado só foi revelada em 1999. O ex-capitão do Exército Dalton Roberto de Melo denunciou o general Álvaro de Souza Pinheiro como mandante do crime. Hoje, o memorial está de pé.

*Da Redação.

A linha do Equador

A polêmica envolvendo a Odebrecht, os empréstimos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a atitude do governo equatoriano e a resposta do governo brasileiro, permite diferentes ângulos de abordagem.

Valter Pomar*

Por exemplo: qual deve ser a atitude do Estado diante das empresas privadas que prestam serviços ao poder público? Como tratar empréstimos públicos internacionais, vinculados a empreendimentos privados? Qual a atitude diante da necessidade de auditar o endividamento interno e externo ocorrido nos países da região? Que tipo de relações deve prevalecer entre os governos progressistas e de esquerda existentes na América do Sul?

A direita brasileira e sua mídia participam da polêmica com o objetivo de colocar areia nas relações entre os governos de Lula e Rafael Correa. Setores da esquerda e da ultra-esquerda, por sua vez, declaram apoio total ao Equador, criticando a postura supostamente “sub-imperialista” do governo brasileiro e sua “submissão” aos interesses de uma empreiteira. (...)

Ao longo do século 20, a esquerda latino-americana e caribenha enfrentou dois grandes obstáculos: a força dos adversários no plano nacional e a ingerência externa. Esta sempre esteve presente, especialmente naqueles momentos em que a esquerda chegava ao governo ou ao poder. Quando as classes dominantes locais não davam conta de conter a esquerda, apelavam para os marines.

A novidade dos últimos dez anos (1998-2008) é a constituição de uma correlação de forças, na América Latina, que permite limitar a ingerência externa.

O ambiente progressista e de esquerda colaborou nas eleições e reeleições, ajudou a evitar golpes (contra Chávez e Evo Morales, por exemplo), sendo ademais fundamental na condenação da invasão do Equador por tropas da Colômbia. Além de minimizar ou inviabilizar políticas de bloqueio econômico, que jogaram um papel importante na estratégia da direita contra o governo Alende e continuam afetando Cuba.

correlação de forças favorável na região, cria melhores condições para que cada processo nacional siga seu próprio curso. Um símbolo desta nova correlação de forças é a realização, em dezembro de 2008, da cúpula latino-americana e caribenha. Nem pan, nem ibero.

Ocorre que, quando forças de esquerda e progressistas conseguem chegar ao governo nacional, o fazem com um programa baseado, de alguma forma, no tripé igualdade social, democratização política e soberania nacional.

E a defesa da soberania nacional não se faz apenas contra as “metrópoles imperialistas”, envolve também administrar os conflitos entre países da região.

Estes conflitos não foram “inventados” pelos atuais governos, sendo geralmente herança de períodos anteriores, inclusive do desenvolvimento dependente e desigual ocorrido na região. Na maioria dos casos, não poderão ser superados no curto prazo: por terem causas estruturais, só poderão ter solução no longo prazo, nos marcos de um adequado processo de integração regional.

A exacerbação destes conflitos regionais teria como subproduto dissimular as contradições (muito mais relevantes) com as metrópoles imperialistas.

Portanto, do ponto de vista estratégico, devemos impedir que estes conflitos se convertam em contradição principal. Pois, se isto acontecer, a correlação de forças latino-americana se alterará em favor da ingerência externa. (...)

Devido ao seu tamanho, força econômica, história pregressa e largas fronteiras, o Brasil é parte efetiva ou potencial em muitos conflitos regionais. Setores da direita brasileira desejam que o Brasil se comporte, nestes conflitos, ao estilo dos Estados Unidos. Em outros países, parcelas da direita querem ver o Brasil ocupando, no imaginário das pessoas, o lugar que atualmente é dos

Estados Unidos.

Verdade seja dita, o Brasil tem o *physique du role* adequado para cumprir papéis distintos e opostos.

Por um lado, ao longo dos últimos anos nosso país se converteu em plataforma de operação de grandes empresas, que se beneficiam dos mercados, da mão-de-obra e das riquezas naturais dos países vizinhos. E, ao longo de nossa história, por diversas vezes o governo brasileiro foi advogado dos interesses metropolitanos e da integração subordinada.

Por outro lado, o Brasil tem condições de ser uma das locomotivas de outro tipo de desenvolvimento e integração regional, contra as diretrizes impulsionadas historicamente pelos Estados Unidos. Desde 2003, com maior ou com menor êxito, com maiores ou menores contradições, esta é “a linha do Brasil”.

Alguns episódios, o mais recente envolvendo a Odebrecht, demonstram que setores da esquerda latino-americana discordam desta linha ou, pelo menos, consideram que o governo brasileiro não está sendo coerente na sua aplicação. (...)

Mas, o que está em questão não são apenas estas dificuldades, incoerências, contradições e erros. Claro que existem, assim como também pesam o estilo pessoal dos governantes e implicações conjunturais. Acima disto tudo, entretanto, transparece uma divergência acerca da linha seguida pelo governo brasileiro. A rigor, parte da esquerda latino-americana gostaria que o governo Lula adotasse o espírito da Alba (Alternativa Bolivariana). (...)

A alternativa realmente disponível para o governo brasileiro envolve solidariedade; mas sua dimensão principal é a dos acordos comerciais, econômicos e institucionais (por exemplo, a Unasul), envolvendo governos, empresas públicas e/ou privadas.

Este caminho contém diversos riscos. De saída, iniciativas como a Unasul supõem compartilhar a mesa com adversários políticos e ideológicos, que seguem governando importantes países da região. Em segundo lugar, a dinâmica da integração inclui momentos de maior protagonismo político dos



Correa e Lula: Equador ainda tem economia dolarizada o que configura um ataque a soberania nacional

presidentes, entremeados de períodos onde predomina o espírito das respectivas chancelarias. Em terceiro lugar, os acordos econômico-comerciais sempre beneficiam, em maior ou menor escala, os interesses do Capital, pelo menos enquanto este modo de produção for hegemônico nos países em questão. Em quarto lugar, as empresas envolvidas geralmente colocam em primeiro lugar seu lucro imediato e em segundo lugar o sentido estratégico da operação, ou seja, o desenvolvimento e a integração.

O ponto forte da atual posição brasileira é a insistência na construção de uma institucionalidade regional sólida, cuja expressão mais promissora hoje é a Unasul (já compreendidos o Banco do Sul, o Conselho de Defesa etc.). O ponto fraco é a ausência de controle sobre o comportamento das empresas que atuam no exterior.

No caso das empresas públicas, como se viu na Bolívia, o governo brasileiro tem meios para fazer prevalecer os interesses estratégicos do país. No caso das empresas privadas, faz-se necessário desenvolver mecanismos que garantam o mesmo, inclusive dentro do Brasil. Afinal, como sabemos, empresas que recebem empréstimos do BNDES apostaram contra o Real; e bancos que recebem estímulos do governo negam crédito barato. (...)

Podemos discutir, discordar e até condenar a “linha do Brasil”. Devemos, com certeza, exigir maior rapidez e maior dedicação na implementação desta linha, especial-

mente na conjuntura aberta com a crise internacional. Mas é preciso compreender sua natureza, seus limites, e as conseqüências geradas, por um possível não-pagamento de empréstimo concedido pelo BNDES, sobre nossas possibilidades de cooperar economicamente com outros países da região, inclusive o Equador.

Da mesma forma como nós devemos compreender, por exemplo, que o governo equatoriano siga convivendo com a dolarização de sua economia. Gravíssimo atentado à soberania nacional, que persistirá enquanto não se criar uma correlação de forças interna e externa que permita sua superação.

Resta tratar de uma questão fundamental. Argumentamos que o governo brasileiro, ao menos agora, não pode adotar uma política diversa da atual. A pergunta é: devemos trabalhar pela adoção de outra política?

A resposta é: sim e não. Sim, no sentido de que devemos construir as condições internas para ter uma política externa mais ousada. Não, no sentido de que consideramos impossível revogar, por decreto & vontade, as relações de mercado entre os países de nosso continente.

Certamente, a solução dos conflitos regionais supõe uma redução da desigualdade, não apenas dentro de cada país, mas também entre as economias de nosso subcontinente. A institucionalidade da integração, tanto multilateral quanto as relações

bilaterais, tem que estar sintonizada com este propósito. (...)

Por mais que o Brasil consiga ousar na sua política externa, não temos como “exportar” apenas a “parte boa” das condições materiais necessárias para a superação das desigualdades existentes, tanto internamente a cada país, quanto entre os países da região. Portanto, o apoio do Brasil aos países da região incluirá, em boa medida, forte dose de “exportação do capitalismo”, com suas mazelas incluídas.

O pano de fundo do debate acerca da “linha do Brasil” é a aceitação ou não desta limitação, que em nossa opinião existiria mesmo que o governo brasileiro fosse muito mais radical.

Por fim: todo apoio à auditoria da dívida externa do Equador. Mas é preciso diferenciar os tipos de dívida e os credores. Todo apoio ao governo do Equador contra uma empreiteira que construiu uma obra com imensos problemas. Mas é preciso agir de maneira a punir a empreiteira, não o BNDES. E todo apoio ao diálogo entre os governos de esquerda e progressistas, para que nenhuma das partes seja surpreendida por medidas unilaterais divulgadas pela imprensa. Aliás, a falta de diálogo e aviso prévio é a única “linha” que não pode ser desrespeitada.

*Historiador. Doutor em História Econômica. Leia este artigo na íntegra em vermelho.org.br/base.asp?texto=47887

5ª Marcha: Delegação do Rio participou da grande manifestação em Brasília

CUT e centrais mobilizam 35 mil em Brasília

Contra a crise, 5ª Marcha levanta bandeira do desenvolvimento e valorização do trabalho

A Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi tomada na quarta-feira, 3 de dezembro, por 35 mil manifestantes durante a 5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, que este ano teve como lema “Desenvolvimento com valorização do trabalho”. Mulheres e homens, trabalhadores do campo e da cidade, servidores públicos e da iniciativa privada lutaram bravamente contra a chuva e levantaram bandeiras, faixas e cartazes em defesa do emprego, da garantia de renda e por medidas que defendam os trabalhadores dos impactos negativos da crise financeira internacional. Questões como a valorização do salário mínimo; defesa das reservas do pré-sal e uma nova matriz energética; ratificação das convenções 151 (que regulamenta a negociação coletiva no serviço público) e a 158 (que coíbe as demissões imotivadas), também fizeram parte da bandeira de luta da manifestação.

A concentração da 5ª Marcha da Classe Trabalhadora aconteceu ainda de madrugada, às 5h. Às 10h, os manifestantes deram início à caminhada de nove quilômetros. A massa de trabalhadores e trabalhadoras

ocuparam três das sete faixas do Eixo Monumental, rumo à Esplanada dos Ministérios, até o Congresso Nacional, onde foi realizado ato público. Parlamentares, presidentes das centrais sindicais, representantes do movimento indígena e um representante da CTA (Central de los Trabajadores Argentinos - Central dos Trabalhadores Argentinos) falaram em defesa da pauta de reivindicação apresentada.

Para o presidente da CUT Nacional, Artur Henrique, a 5ª Marcha da Classe Trabalhadora já proporcionou resultados positivos. “É uma grande vitória reunirmos trabalhadores e trabalhadoras de todo o País, independente da central a que são filiados, neste momento de crise. Isso mostra que o povo brasileiro está pronto para a luta”, afirmou.

A concentração começou às 9h, no estacionamento do Ginásio de Esportes Mané Garrincha, de onde os manifestantes seguiram até o Congresso Nacional, onde foi realizado um grande ato público comandado pelas centrais sindicais, com a participação de lideranças partidárias.

As centrais sindicais entregaram aos presidentes da Câmara e do Senado um documento unitário contendo 18 propostas para

enfrentar a crise, entre elas a valorização permanente do salário mínimo; correção da tabela do Imposto de Renda, com menos imposto sobre os salários; e redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

Durante toda a tarde do dia 3 de dezembro, as lideranças cumpriram extensa agenda de reuniões nos ministérios. Houve audiências também com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que recebeu uma comissão de dirigentes da CUT e das demais centrais para debater a pauta da manifestação e com o presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Ainda na quarta, 3, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci, na companhia de integrantes da equipe econômica, recebeu as delegações das centrais.

Na quinta-feira (4), a partir das 9h, quem recebeu as centrais foi o ministro da Previdência, José Pimentel. No mesmo horário, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, se reuniu com a Direção Executiva Nacional da CUT, no auditório do Sindicato dos Bancários de Brasília.

CUT Nacional, CUT-DF e Agência Sindical

CUT organiza ato contra imposto sindical

Max Leone*

Foto: Jorge Nunes/CUT-RJ

Após participar da 5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, que reuniu mais de 35 mil pessoas, no dia 3 de dezembro, em Brasília, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) demonstrou disposição para organizar outra manifestação no mesmo dia. Desta vez, a central mobilizou cerca de 1.500 trabalhadores, muitos servidores públicos, para a frente do Ministério do Trabalho. O protesto foi contra a cobrança do imposto sindical dos servidores públicos por meio de uma Instrução Normativa (IN) do governo. No ato também foi feita pressão pela tramitação do anteprojeto de lei que substitui o imposto por uma contribuição negociada. Para ser cobrada dos empregados, essa contribuição precisaria ser aprovada antes em assembleias de trabalhadores. A CUT foi a única central sindical a promover um ato contra a cobrança compulsória.

“O imposto sindical foi qualificado como “entulho getulista” e a pressão da CUT é por um projeto de lei que acabe de vez com essa taxa compulsória e que seja substituída por contribuições voluntárias dos trabalhadores”, explica Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe, que em companhia do também diretor João Cunha representou o sindicato no ato da CUT e na 5ª Marcha da Classe Trabalhadora.

Uma comissão de sindicalistas foi recebida pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para discutir as duas questões. De acordo com Lúcia Reis, diretora de executiva nacio-



Sisejufe presente: os diretores Ponciano e João Cunha protestaram contra o imposto sindical

nal da CUT, o ministro se comprometeu em encaminhar o anteprojeto de lei que cria a contribuição negociada à Casa Civil. Após análise, será enviado para tramitação no Congresso Nacional. Lupi, no entanto, firmou pé em manter a IN que estende o imposto sindical às entidades representativas dos servidores públicos.

“O ministro quer manter a IN. Por conta disso há problemas porque existem muitas entidades sindicais sem registro, possuem apenas o protocolo inicial. Assim, como distribuir o imposto? O próprio Ministério do Planejamento reconhece o problema do registro, que já atrapalhou na questão dos empréstimos consignados. Segundo o Planejamento é impossível fazer o repasse do imposto sem que as entidades estejam registradas. Somos contra o imposto. Temos que lutar pela contribuição negociada”, defende Lúcia.

Para o diretor Roberto Ponciano, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, “está favorecendo, com o imposto, o interesse de sindicatos cartoriais que não se sustentam por suas bases”.

Lúcia Reis informou que a CUT e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) vão realizar um seminário, nos dias 17 e 18 de dezembro, em Brasília, para discutir a concessão de registros a entidades sindicais representativas do funcionalismo público.

“Temos que debater esse assunto. Somos a favor, no máximo, de que o registro fique limitado à questão da representatividade”, afirma a diretora da CUT Nacional.

*Da Redação.

CCJ aprova convenção sobre liberdade sindical no serviço público

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, no dia 4 de novembro, o Projeto de Decreto Legislativo 795/2008, que aprova a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e o seu complemento, a Recomendação 159, ambas de 1978. Nesses textos, a OIT estabelece normas para a negociação coletiva e garante a liberdade sindical no serviço público, além de reconhecer como instrumen-

tos válidos para a solução de conflitos a mediação, a conciliação ou a arbitragem.

A convenção da OIT estende aos trabalhadores do serviço público as mesmas garantias e condições de associação e de liberdade sindicais asseguradas para os trabalhadores da iniciativa privada.

O projeto, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacio-

nal, especifica que a expressão “pessoas empregadas pela autoridade pública”, contida na Convenção 151, abrange os empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os servidores públicos federais regidos pelo Regime Jurídico Único (Lei 8.112/1990), e os servidores públicos, nos níveis estadual e municipal, regidos por leis específicas de cada um desses entes federativos.

Peço desculpas

Frei Betto*

Estou gravemente enfermo. Gostaria de manifestar publicamente minhas escusas a todos que confiaram cegamente em mim. Acreditaram em meu suposto poder de multiplicar fortunas. Depositaram em minhas mãos o fruto de anos de trabalho, de economias familiares, o capital de seus empreendimentos.

Peço desculpas a quem assiste às suas economias evaporarem pelas chaminés virtuais das Bolsas de Valores, bem como àqueles que se encontram asfixiados pela inadimplência, os juros altos, a escassez de crédito, a proximidade da recessão.

Sei que nas últimas décadas extrapolei meus próprios limites. Arvorei-me em rei Midas, criei em torno de mim uma legião de devotos, como se eu tivesse poderes divinos. Meus apóstolos – os economistas neoliberais – saíram pelo mundo a apregoar que a saúde financeira dos países estaria tanto melhor quanto mais eles se ajoelhassem a meus pés.

Fiz governos e opinião pública acreditarem que o meu êxito seria proporcional à minha liberdade. Desatei-me das amarras da produção e do Estado, das leis e da moralidade. Reduzi todos os valores ao cassino global das Bolsas, transformei o crédito em produto de consumo, convenci parcela significativa da humanidade de que eu seria capaz de operar o milagre de fazer brotar dinheiro do próprio dinheiro, sem o lastro de bens e serviços.

Abracei a fé de que, frente às turbulências, eu seria capaz de me auto-regular, como ocorria à natureza antes de ter seu equilíbrio afetado pela ação predatória da chamada civilização. Tornei-me onipotente, supus-me onisciente, impus-me ao planeta como onipresente. Globalizei-me.

Passei a jamais fechar os olhos. Se a

Bolsa de Tóquio silenciava à noite, lá estava eu eufórico na de São Paulo; se a de Nova York encerrava em baixa, eu me recompensava com a alta de Londres. Meu pregão em Wall Street fez de sua abertura uma liturgia televisionada para todo o orbe terrestre. Transformei-me na cornucópia de cuja boca muitos acreditavam que haveria sempre de jorrar riqueza fácil, imediata, abundante.

Peço desculpas por ter enganado a tantos em tão pouco tempo; em especial aos economistas que muito se esforçaram para tentar imunizar-me das influências do Estado. Sei que, agora, suas teorias derretem como suas ações, e o estado de depressão em que vivem se compara ao dos bancos e das grandes empresas.

Peço desculpas por induzir multidões a acolher, como santificadas, as palavras de meu sumo pontífice Alan Greenspan, que ocupou a sé financeira durante dezoito anos. Admito ter ele incorrido no pecado mortal de manter os juros baixos, inferiores ao índice da inflação, por longo período. Assim, estimulou milhões de usamericanos à busca de realizarem o sonho da casa própria. Obtiveram créditos, compraram imóveis e, devido ao aumento da demanda, elevei os preços e pressionei a inflação. Para contê-la, o governo subiu os juros e a inadimplência se multiplicou como uma peste, minando a suposta solidez do sistema bancário.

Sofri um colapso. Os paradigmas que me sustentavam foram engolidos pela imprevisibilidade do buraco negro da falta de crédito. A fonte secou. Com as sandálias da humildade nos pés, rogo ao Estado que me proteja de uma morte vergonhosa. Não posso suportar a idéia de que eu, e não uma revolução de esquerda, sou o único responsável pela progressiva estatização do sistema financeiro. Não posso imaginar-me tutelado pelos governos, como nos países socialistas. Logo agora que os Bancos Centrais, uma

instituição pública, ganhavam autonomia em relação aos governos que os criaram e tomavam assento na ceia de meus cardeais, o que vejo? Desmorona toda a cantilena de que fora de mim não há salvação.

Peço desculpas antecipadas pela quebradeira que se desencadeará neste mundo globalizado. Adeus ao crédito consignado! Os juros subirão na proporção da insegurança generalizada. Fechadas as torneiras do crédito, o consumidor se armará de cautelas e as empresas padecerão a sede de capital; obrigadas a reduzir a produção, farão o mesmo com o número de trabalhadores. Países exportadores, como o Brasil, verão menos clientes do outro lado do balcão, portanto, trarão menos dinheiro para dentro de seu caixa e precisarão repensar suas políticas econômicas.

Peço desculpas aos contribuintes dos países ricos que vêem seus impostos servirem de bóia de salvamento de bancos e financeiras, fortuna que deveria ser aplicada em direitos sociais, preservação ambiental e cultura.

Eu, o Mercado, peço desculpas por haver cometido tantos pecados e, agora, transferir a vocês o ônus da penitência. Sei que sou cínico, perverso, ganancioso. Só me resta suplicar para que o Estado tenha piedade de mim.

Não ousou pedir perdão a Deus, cujo lugar almejei ocupar. Suponho que, a esta hora, Ele me olha lá de cima com aquele mesmo sorriso irônico com que presenciou a derrocada da torre de Babel.

*Escritor, autor de “Cartas da Prisão” (Agir), entre outros livros.



LATUFE
2008

Racismo e exclusão negra têm o

Helder Molina*

O racismo contemporâneo tem fortes componentes econômicos, mas sobretudo políticos, sociais e culturais. Um componente ideológico que tem sua raiz no nosso passado colonial escravista. Os laços de exclusão social e econômica dos negros e das negras no Brasil contemporâneo tem suas explicações em nossos quase 400 anos de escravidão.

Precisamos entender e intervir no conflito social brasileiro como um conflito que é de classe e de etnia. Ele não se inicia na virada do Império para a República, com a chegada dos imigrantes europeus para o trabalho industrial, mas sim com o desembarque do primeiro navio negreiro no Brasil.

Esse conflito, produto da nódoa escravista que mancha a história brasileira, se aguçou com as revoltas negras, para resistir e fugir da escravidão. O conflito está presente nas lutas dos quilombolas de Palmares, na revolta dos Malês, na Balaiada, na Sabinada, no Dragão do Mar, na Revolta da Chibata, Búzios e tantas outras lutas de resistência ao colonialismo escravista. Lutas estas que tanto honram nosso povo pobre, índio, negro e mestiço.

Lutas que, como cantam os versos de Aldir Blanc e João Bosco, merecem “glórias a todas as lutas inglórias, que através de nossa história, não esqueçamos jamais”.

A abolição formal da escravatura não resultou numa superação das mentalidades escravocratas das elites, empresarial e política, ao longo deste século. Se por um lado altera a forma da relação capital-trabalho, passando do escravismo para o assalariamento, por outro lado não melhora a vida dos ex-escravos, agora homens negros livres e pobres, e de seus descendentes. Os latifúndios, em sua essência, permanecem intocados. No início do século XX trocaram a força de trabalho do escravo africano pela do imigrante europeu. Os negros e negras, analfabetos, sem direitos, sem cidadania, sem posses, na mais absoluta miséria, e sem alternativas de vida, se lançam a própria sorte, no subemprego, na marginalidade, nas ruas, nos cortiços. Excluídos ontem, excluídos sempre.

Em 2003, foi sancionada a lei 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade da História da África e da Cultura Afro-brasileira no currículo das escolas pública e particular, de ensino fundamental e médio. A lei também determina que o dia 20 de novembro deverá ser incluído no calendário como Dia Nacional da Consciência Negra. Toda essa nova leitura sobre o negro se deve principalmente à luta da Comunidade Negra e dos Movimentos Negros de todo Brasil.

Livre do açoite da senzala, são feitos novos prisioneiros, agora da miséria e exclusão, nas favelas, prisões, filas de desempregos, nos trabalhos precários, na ausência de direitos humanos e sociais básicos, como saúde, moradia e educação.

A luta pela cidadania ativa pressupõe enfrentar e debater a exclusão e a desigualdade, entendendo que o enfrentamento da questão racial é um componente fundamental para a construção de um país justo, democrático e desenvolvido, com igualdade de oportunidades para todos os que vivem do trabalho. Mais que isso, lutar pela superação do capitalismo, sistema produtor de injustiças, misérias, degradação ambiental, barbárie. E a perspectiva histórica de construir um outro projeto de sociedade, baseado na solidariedade, sustentabilidade, distribuição justa da riqueza social e democracia plena do poder político. Vendo os trabalhadores como produtores das riquezas e sujeitos históricos. Esse debate tem que estar presente, urgentemente, nos sindicatos, nas escolas, nos movimentos sociais, nas comunidades, nos locais de trabalho.

Historicamente os direitos e as condições sociais dos negros e negras no Brasil estiveram vinculados à lembrança da data 13 de maio, data em que se oficializou a Lei Áurea, em 1888, abolindo legalmente a escravidão brasileira. Nessa data, as escolas “celebravam” a “libertação” dos escravos, as crianças negras encenam ou participam de eventos, geralmente no papel de escravos. Alguma criança branca, loira de preferência, se vestia de princesa Isabel, nada era falado sobre a resistência e as lutas dos negros, o destaque era pela ação

da princesa Isabel.

Nos anos 70, com a retomada das lutas populares contra a ditadura militar, o renascimento do sindicalismo combativo e autônomo, iniciou-se uma vigorosa reorganização dos movimentos sociais, urbanos e rurais, gerais e específicos. Os movimentos negros, com a marca da pluralidade, da diversidade, do respeito à diferença, retomam a cena política e social. Resgatando a luta para que o povo brasileiro conhecesse a história a partir das lutas de resistências dos negros africanos e brasileiros, contra a opressão e exploração imposta pelas elites, colonial, imperial ou republicana.

Um os pontos principais dos movimentos negros na atualidade foi enunciar que o dia 13 de maio não deve ser comemorado enfatizando a passividade do negro diante da ação misericordiosa do branco. Afinal, durante a escravidão, houve muitos movimentos de luta e resistência em diversas regiões do país. Daí o resgate do 20 de novembro, dia da morte de Zumbi – do Quilombo dos Palmares – como uma data a ser lembrada e comemorada, já que ele é um dos principais símbolos de luta e resistência contra a opressão e exclusão vivenciada hoje pelos afrodescendentes.

A intenção de comemorar essa data – 20 de novembro – se deu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O primeiro passo foi dado, conta o historiador Alfredo Boulos Júnior, pelo poeta Oliveira Silveira, membro do Grupo Palmares, uma associação cultural negra. Ao conhecerem o livro “O Quilombo dos Palmares”, de Edison Carneiro (baiano), os participantes dessa associação entenderam que Palmares foi a maior manifestação de resistência negra na história

Origem na escravidão colonial



brasileira.

Em 20 de novembro de 1971, no Clube Náutico Marcílio Dias, fez-se a primeira homenagem a Zumbi dos Palmares. Esse foi o primeiro passo para que ocorresse em Salvador, no dia 7 de julho de 1978, uma proposta do Movimento Negro Unificado (MNU) para que em 20 de novembro fosse o Dia Nacional da Consciência Negra. Associações e Movimentos Negros de todo o país aceitaram a proposta e essa data representa o resgate no sentido político de luta, da resistência contra a opressão social.

Assim, a partir da década de 70, Zumbi passou a ser valorizado no contexto de luta contra o mito da “democracia racial”, auxiliando na desmistificação que a história apregoa sobre o tipo de relações raciais desenvolvidas no Brasil, como sendo uma escravidão pouco violenta e de resistências sem tanta importância.

A visão da “democracia racial” ainda tenta apresentar para a sociedade a idéia de que os diferentes grupos étnico-raciais no Brasil existentes viveram e ainda vivem em harmonia, diferentemente da do quadro de conflito e resistência de outros países. Daí a importância de Zumbi dos Palmares, sua representação ativa e rebelde se contrapõe a toda essa idéia instituída. A imagem de Zumbi não só representa a re-

sistência negra, mas contribui também para que negros e brancos compreendam, aceitem e reconheçam as diferenças humanas.

Em 2003, foi sancionada a lei 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade da História da África e da Cultura Afro-brasileira no currículo das escolas pública e particular, de ensino fundamental e médio. A lei também determina que o dia 20 de novembro deverá ser incluído no calendário escolar como Dia Nacional da Consciência Negra. Toda essa nova leitura sobre o negro se deve principalmente à luta da Comunidade Negra e dos Movimentos Negros de todo Brasil.

Ao lembrar essa trajetória de vitórias não só do negro, mas do povo brasileiro, por sermos um povo miscigenado e guerreiro, conclamo a todos para refletir sobre a necessidade de acolhermos uns aos outros, pondo por fim o preconceito racial. A baixa renda das famílias negras obriga boa parte dos jovens a abandonar precocemente a escola para o ingresso no mercado de trabalho. Segundo o “Mapa da Violência de 2006 – Os Jovens do Brasil”, divulgado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e Cultura (OEI), é alto o índice de violência sofrida pelos negros. O estudo aponta que o jovem negro é o principal alvo com

72,1% das mortes. Outra forma de violência que podemos citar é a forma como os meios de comunicação e livros escolares retratam negros e negras – estereotipados como subalternos, escravos, sem família e como trabalhadores sem qualificação.

Importantes iniciativas políticas, a partir das lutas dos trabalhadores e movimentos sociais, foram conquistadas nos últimos anos. As cotas de acesso ao ensino superior público, o Prouni, a criação de uma secretaria federal, com caráter de ministério, de promoção e defesa dos direitos da população negra, entre outras, devem ser valorizadas, mas ainda é pouco diante da dívida histórica e da reparação social que o Estado e a sociedade brasileira têm com a população negra.

Com o exemplo de Zumbi, só a luta coletiva, o combate permanente, e a organização em movimentos sociais e sindicatos é que vão garantir a correlação de forças para virar a mesa e mudar a história.

*Historiador, professor da Faculdade de Educação da UERJ, mestre em Educação, doutorando em Políticas Públicas, assessor de formação do SINDPD-RJ e da CUT.

As armas da Nação e

Brasil se recusa a proibir bomba que atinge mais de 95% de civis. Pior, fabrica e exporta para regiões em conflito!

Texto e fotos
Vinicius Souza
e Maria Eugênia Sá*

São Paulo – Para que serve uma arma de guerra se entre suas vítimas, menos de 5% são soldados? Certamente não é para vencer uma batalha. E muito menos para dissuadir ou impedir a invasão do território por um exército inimigo. O resultado de seu uso normalmente é o terror da população civil, com mutilações e mortes mesmo décadas depois de terminados os conflitos. Ainda assim as munições cluster, também chamadas de bombas de fragmentação pela mídia brasileira, continuam sendo defendidas como “estratégicas” pelas forças armadas de alguns poucos países. Infelizmente, o Brasil é um deles! E pior, além do Ministério da Defesa insistir numa suposta “legalidade” do armamento, ainda permite que as bombas cluster fabricadas aqui, além de outras armas de guerra, sejam exportadas inclusive para países envolvidos em conflito.

As bombas cluster são *containers* que, disparados por mísseis ou aviões, se abrem no ar

espalhando pequenas bombas, ou submunições, por uma área do tamanho de até quatro campos de futebol. Além de não conseguir atingir alvos precisos, as submunições que se prendem a galhos de árvores ou não explodem ao atingirem o chão transformam todo o terreno em um verdadeiro campo minado. Normalmente são tubos de metal um pouco menores que latas de refrigerante e muito atraentes para crianças curiosas. É por isso que, segundo a Handicap International, ONG que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1997, 98% das mais de 100 mil vítimas registradas das bombas cluster são civis, e 27%, menores de 16 anos.

No início de dezembro em Oslo, na Noruega, perto de cem países se reuniram para assinar um tratado que prevê o fim do uso, produção, estoque e comércio das bombas cluster, a exemplo do Tratado de Ottawa que proibiu as minas terrestres em 1997 e conferiu o Nobel da Paz a seus idealizadores. Presidentes, ministros e chanceleres de praticamente todos os nossos vizinhos na América do Sul estiveram presentes, inclusive Chile e Argentina (os outros únicos que fabricavam clusters na região) que se comprometeram a parar

de produzir essas armas e a destruir todas as armazenadas. As grandes exceções, na contramão da tão alardeada integração continental, são exatamente Brasil e Colômbia. “O próprio ministro Celso Amorim já declarou que considera a cluster uma arma ‘desumana’, mas foi vencido pelo Ministério da Defesa e pelo *lobby* da indústria bélica”, afirma Cristian Wittmann, coordenador brasileiro da Coalizão Contra as Munições Cluster (CMC). De acordo com a ONG Human Rights Watch, pelo menos três empresas brasileiras (Avibras, Ares e Target) não somente fabricam essas armas, como também exportam sobretudo para Oriente Médio.

Já para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Defesa (ABI-MDE), Carlos Frederico Queiroz Aguiar, é preciso tratar a questão sem “emocionalismo” e num fórum “oficial” como a ONU. “Atualmente já existe tecnologia para evitar as falhas e as nossas clusters são ‘inteligentes’, diferente das americanas, e não se transformam em minas”, garante. Na verdade, não se divulga se as bombas brasileiras já foram testadas em conflito ou não, apesar de certamente terem sido vendidas pelo menos para a Arábia Saudita, que apoiou a invasão estadunidense no Iraque, um dos países mais devastados pelas clusters. O país de Saddam Hussein, aliás, também comprou vários Sistemas para Lançamento de Foguetes de Saturação Astros, da Avibras, que podem lançar bombas clusters.

Onde se pôde verificar o uso de clusters *made in USA*, como no Kosovo, a taxa de falha estaria acima de 10%. Segundo estimativa do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), depois de apenas 11 semanas de conflito no país, existiriam ainda no solo do Kosovo perto de 30 mil submunições não detonadas esperando para explodir ao menor contato. A entidade calcula que 400 milhões de pessoas vivem em áreas afetadas pelas clusters em todo o mundo. No continente americano, apenas as Ilhas Malvinas têm problemas com as clusters, desde a disputa entre Argentina e Inglaterra, na década de 1980.

Nelson Jobim deu aval à venda



Pela consciência: ONGs tentam há mais de dois anos a proibição das bombas cluster

o comércio da morte

de foguetes da Mectron

Mas um exemplo bem próximo de nossa realidade é o conflito entre Israel e o Hesbolah no sul do Líbano há pouco mais de dois anos. Afinal, existem mais de 6 milhões de cidadãos de origem libanesa vivendo no Brasil e o governo brasileiro ajudou a resgatar milhares de pessoas da região em 2006. “Os restos explosivos de munições cluster continuam até hoje matando indiscriminadamente e impedindo o desenvolvimento econômico das comunidades afetadas com grandes conseqüências humanitárias para os civis libaneses”, atesta Daniel Mack, coordenador da área de controle de armas do Instituto Sou da Paz de São Paulo. “Atiradas apenas na última semana do conflito, as bombas atingiram cerca de 900 áreas de ataque fazendo mais de 200 vítimas civis, a grande maioria crianças”.

O uso mais recente dessas armas foi registrado na guerra entre Rússia e Geórgia em agosto de 2008, por ambos os lados. Apesar da Rússia negar o uso e a Geórgia afirmar que só utilizou a arma contra tropas russas (e mesmo assim com tecnologia de “auto-destruição”, como as brasileiras), durante o conflito pelo menos 17 civis georgianos e uma equipe de TV holandesa foram mortos por submunições cluster. Em novembro, a Human Rights Watch reportou à ONU ter encontrado “dúzias e dúzias” de cápsulas cluster não detonadas de fabricação israelense (usadas pela Geórgia) sem qualquer dispositivo de segurança, e outro tanto de submunições russas. O próprio exército georgiano admitiu que essas armas não foram eficientes no objetivo de deter as tropas russas. Depois do conflito, no mínimo dois outros civis inocentes morreram em explosões de cluster. E isso não é nenhuma novidade, já que bombas estadunidenses atiradas no Laos e no Camboja ainda nos anos 1970, seguem matando e mutilando civis até hoje.

De acordo com o Direito Internacional Humanitário, conjunto de leis que rege os conflitos armados também conhecido como Convenções de Genebra, as clusters são um armamento de ação indiscriminada, impreciso quanto ao alvo e que portanto deveriam ser proibidas pela CCW, sigla em inglês



O alvo real: na Caxemira podem estar as próximas vítimas das bombas fabricadas no Brasil

para a convenção da ONU sobre as armas convencionais. Mas num fórum dominado por nações belicistas e potências nucleares como EUA, Rússia e Israel, nunca foi possível se chegar a um “consenso” em sete anos de tentativas por um acordo. “A proposta de um novo tratado surgiu justamente da ineficácia da CCW, onde os processos são lentos e se reúne um número menor de países do que os que estão no Processo de Oslo”, explica Wittmann, da CMC. “Em apenas 22 meses conseguimos a adesão de cerca de 100 países a um documento bastante abrangente que deve estigmatizar o uso das clusters exatamente como o Tratado de Otawa fez com as minas terrestres”.

Enquanto isso, sob o sol tropical do Brasil, na mesma semana em que a Inglaterra assinava o Tratado na gelada Oslo e dava início, com a ajuda da Alemanha, ao custoso processo de destruição de cerca de 30 milhões de submunições clusters que mantinha em estoque, nosso ministro da Defesa, Nelson Jobim, dava seu aval à venda de foguetes anti-radar da nacional Mectron para equipar os aviões do exército paquistanês. “Coincidentemente”, a venda foi aprovada logo depois dos ataques terroristas em Mumbai que mataram cerca de 200 pessoas

e que a Índia atribui a setores infiltrados nas fileiras das forças armadas do Paquistão. Vale lembrar que nem Paquistão nem Índia, duas potências nucleares que travaram três guerras nos últimos 60 anos, assinaram o Tratado de Otawa, contra as minas terrestres, ou o Tratado de Oslo, contra as bombas cluster. Pelo andar da carruagem, daqui a pouco estaremos vendendo essas armas também para os dois países usarem em cima da população civil da Caxemira, que vive sob ocupação militar desde 1947.

Já passou da hora de um governo que chegou a pedir a taxaço do comércio internacional de armas em favor das populações famintas (para um fundo que seria uma espécie de Fome Zero mundial), retomar a tradição de engajamento pacifista, assinar os tratados internacionais para controle de armamentos e proibir internamente a produção e exportação das clusters. Ou será que alguém realmente acredita que a venda de armas moralmente condenáveis e militarmente obsoletas vai salvar a nossa balança comercial?

*Jornalistas.

Sindicato participa do Encontro de Dosvox

Max Leone*

A deficiência visual não é motivo que impeça os portadores de acessar o mundo virtual. Várias tecnologias têm sido desenvolvidas para facilitar a vida dessas pessoas, além de integrá-las ainda mais à sociedade. Com esse espírito, cerca de 250 deficientes visuais participaram do 11º Encontro Nacional de Usuários Dosvox, que ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de outubro no Hotel Shelton Inn, em São Paulo. No evento foram apresentadas novas tecnologias na área de informática especializada para deficientes visuais. A informação mais importante do encontro, no entanto, foi a de que a partir do ano que vem, será lançada a versão 5, em Linux, que utiliza a linguagem de programação Python, a mesma utilizada pelo Google, fazendo com que o sistema vire multi-plataforma. O Núcleo de Pessoas Portadoras de Deficiência do Sisejufe esteve no encontro representado pelo diretor Dulavim de Oliveira Lima Jr.

De acordo com Dulavim, na ocasião foram debatidos temas como o sistema Dosvox e seus aplicativos enquanto ferramenta de inclusão para educadores, o sistema Linux e as alternativas de acessibilidade, novas tecnologias assistivas, capacitação de pessoas cegas para o mercado de trabalho, novas formas de leitura, comunicação, informação e novas tecnologias. Também expuseram modelos de audiogames e jogos online, áudio-descrição, a legislação e conquistas dos deficientes. Não estavam elencadas nesta lista as modificações e implementações no sistema Dosvox propriamente dito.

“Todos utilizam o sistema Dosvox hoje? Provavelmente não, mas a maioria sim. No encontro foram travadas algumas discussões que não têm a ver com o Dosvox em si, e por isso mesmo, de lá saíram questões que poderão ser discutidas pelo sindicato como ferramenta de interação com a sociedade, no ramo que mais afeta a pessoa portadora de deficiência hoje, ou seja, a acessibilidade”, diz Dulavim. Ele ressalta que mais informações sobre o Dosvox e outros sistemas que buscam facilitar a vida de pessoas portadoras de deficiência podem ser obtidas na página de internet <http://intervox.nce.ufrj.br>.

Foto: Henri Figueiredo



Dulavim: “Sindicato deve discutir a acessibilidade.”

O sistema surgiu quando o professor de Computação Gráfica do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ (NCE), José Antônio dos Santos Borges, soube que na classe havia um aluno cego, o hoje servidor do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) Marcelo Pimentel.

O Sistema Dosvox

O Dosvox é um conjunto de programas de computador que “falam”, permitindo, assim, que o deficiente visual utilize a máquina com desenvoltura. É diferente de um leitor de telas que é um programa que faz com que o usuário interaja com as interfaces comuns, utilizadas pelos usuários com visão. O leitor de telas do Dosvox, o Monitvox, é ainda rudimentar. A diferença no Dosvox é a filosofia de interatividade. Ele mantém vários jogos, programas multimídia, conexão com a internet e até utilitários para interagir com o *Word* e *PowerPoint*.

O sistema surgiu quando o professor de Computação Gráfica do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ (NCE), José Antônio dos Santos Borges, soube que na classe

havia um aluno cego, o hoje servidor do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) Marcelo Pimentel. Então, o professor começou a desenvolver um método para que o aluno participasse de uma disciplina eminentemente visual. Marcelo foi consultado se preferia ser isento da matéria. A resposta foi não. Se para chegar até ali já havia sido um desafio, este deveria ser continuado.

Então, com o empenho didático do professor, colaboração de uma grande equipe, e com a fibra de Marcelo, nasceu o Sistema Dosvox. Primeiro, de forma embrionária, utilizando técnicas ainda desconhecidas no Brasil e outras produzidas aqui. Hoje foi transformado num sistema com mais de 60 programas agregando aproximadamente 20 mil usuários, sendo utilizado, inclusive, no campo educacional em escolas que nem possuem estudantes deficientes visuais. O nome do sistema significa “a voz do DOS”, já que originariamente, em 1993/1994, foi concebido para rodar na plataforma DOS da Microsoft, avançando para o Windows. Atualmente há versão em Linux.

Ferramenta associativa

O sistema Dosvox não foi o primeiro programa para que deficientes visuais pudessem usar o computador. Talvez seja o primeiro genuinamente brasileiro para PCs. No entanto, é o Dosvox que trouxe para o mundo cibernético a maior quantidade de deficientes visuais que hoje usam a informática. Este fato fez com que essas pessoas interagissem tanto entre si, quanto com outras fora do segmento. O sistema deu oportunidades e proporcionou conquistas variadas. Mesmo a difusão dos leitores de tela, entre eles o nacional Virtual Vision, não abalou o prestígio do Dosvox. O sistema continua avançando e agregando em seus espaços, além de seus usuários, pessoas que não o utilizam mais, ou, até que nunca o utilizaram. Isto porque, como ferramenta livre e “universitária” que é, funciona como verdadeira alavanca de interação, possibilitando que muitos profissionais deficientes visuais possam trabalhar com independência, usufruindo de seus espaços e para eles trazendo novas tecnologias.

*Da Redação.

60 anos sem motivos para comemorar

Henri Figueiredo*

Em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos só pôde ser aprovada porque o mundo se refazia sobre os escombros da Segunda Guerra Mundial. Hoje não teríamos consenso para um texto tão claro. Basta ver a negativa dos países desenvolvidos (e dos nem tanto) em rever suas políticas industriais que esgotam a natureza e provocam catástrofes ambientais por todo o mundo. Os trinta artigos da Declaração dos Direitos Humanos constituem um verdadeiro manifesto civilizatório. Manifesto, apenas. Porque estima-se em 4 bilhões as pessoas que não têm acesso à Justiça. A Declaração é, talvez, o documento mais traduzido do mundo e, paradoxalmente, o mais ignorado. De acordo com a ONU, quase 1 bilhão de pessoas passam fome.



Cerca de 2 bilhões de pessoas ganham menos de US\$ 2 por dia. O direito à saúde e educação não estão garantidos, há tortura e violações dos direitos políticos em todos os continentes.

Em 1948, dos países membros da ONU, apenas oito se abstiveram (os do bloco soviético) e a Arábia Saudita (hoje, principal aliada dos EUA no mundo árabe) votou contra a Declaração. Em 2008, no Brasil, os ativistas pelos Direitos Humanos ainda carregam

o estigma de “defensores de bandidos”, rótulo criado e disseminado durante a ditadura militar, que ganhou força com os grupos de extermínio e tem o amparo da mídia conservadora e das mentes estreitas. Entre 1964 e 1985 (período da ditadura militar) foram oficialmente registrados 138 casos de desaparecimento de natureza política no Brasil. De acordo com a ONG Rio de Paz, apenas de janeiro de 2007 a dezembro deste ano, no Rio, mais de 9 mil pessoas desapareceram sem esclarecimentos. Acredita-se que a maior parte foi executada pelo narcotráfico ou por grupos paramilitares. A sociedade (leia-se “classe média”) não reclama.

Enquanto isso, assistimos a uma escala mundial de intolerância, xenofobia e isolamento. Isso, num quadro de recessão econômica, lembra muito a situação que levou a humanidade a duas guerras globais no século XX. Pessimismo? Diante dos dados da Anistia Internacional, definitivamente não.

*Da Redação.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Dados e Cifras – As promessas em 1948 e a realidade em 2008

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso, agora portanto,

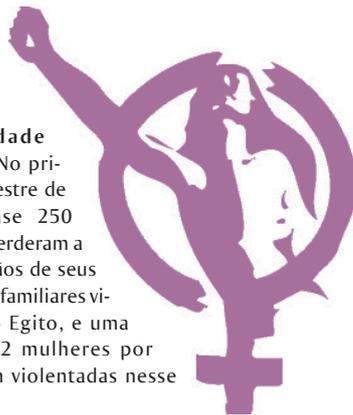
A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Realidade

em 2008: No primeiro semestre de 2007, quase 250 mulheres perderam a vida nas mãos de seus esposos ou familiares violentos no Egito, e uma média de 2 mulheres por hora foram violentadas nesse país.



Artigo II

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Realidade em 2008: Sabe-se que, em 2007, 1.252 pessoas foram executadas por seus respectivos Estados em 24 países; contudo, 104 países votaram a favor da suspensão mundial da pena de morte.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Realidade em 2008: A Anistia Internacional documentou casos de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em mais de 81 países em 2007.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – Dado

Artigo VI

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Realidade em 2008: O Informe 2008 da Anistia Internacional destaca que pelo menos 23 países possuem leis que discriminam as mulheres; 15 países têm leis que discriminam imigrantes, e pelo menos 14 têm leis que discriminam as minorias.

Artigo VIII

Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Realidade em 2008: Ao fim de 2007 havia mais de 600 pessoas detidas sem acusação, sem julgamento, sem revisão judicial de sua detenção na base aérea norte-americana de Bagram, no Afeganistão, e 25 mil continuam sob custódia da Força Multinacional no Iraque.

Artigo X

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Realidade em 2008: O Informe 2008 da Anistia Internacional assinala que em 54 países são realizados julgamentos sem garantias.

Artigo XI

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Realidade em 2008: As cifras obtidas pela Anistia Internacional indicam que cerca de 800 pessoas foram encarceradas na base de Guantánamo desde a inauguração deste centro de detenção em janeiro de 2002, e 270 continuam ali detidas em 2008 sem acusação nem o devido processo legal.

Artigo XII

Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Realidade em 2008: Em 2007, havia 550 postos



de controle e bloqueios militares israelenses que restringiam ou impediam a circulação de palestinos entre as cidades e aldeias da Cisjordânia.

Artigo XIV

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XV

1. Todo homem tem direito a uma nacionalidade.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI



1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo XVII

1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

Realidade em 2008: A Anistia Internacional registrou 45 países onde estão detidos prisioneiros de consciência.

Artigo XIX

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Realidade em 2008: Em 77 países é restringida a liberdade de expressão e de imprensa, de acordo com o Informe 2008 da Anistia Internacional.

Artigo XX

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Realidade em 2008: Estima-se que milhares de pessoas foram detidas durante a repressão aos protestos em Mianmar em 2007. A Anistia Internacional presume que 700 pessoas permanecem detidas.

As Promessas e Cifras – As promessas em 1948 e a realidade em 2008

Artigo XXI

1. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXII

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo XXIII

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Realidade em 2008: Pelo menos 39 sindicalistas foram vítimas de homicídio na Colômbia em 2007 e 22 morreram nos primeiros quatro meses deste ano.

Artigo XXIV

Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo XXV

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Realidade em 2008: 14% da população de Malawi vivia com o HIV/Aids em 2007, e apenas 3% dessas pessoas tinham acesso a medicamentos antiviróticos gratuitos. Havia um milhão de crianças órfãs como consequência de mortes relacionadas com o HIV/Aids.

Todas as cifras foram extraídas do Informe 2008 da Anistia Internacional.



Artigo XXVI

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo XXVII

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XXVIII

Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIX

1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

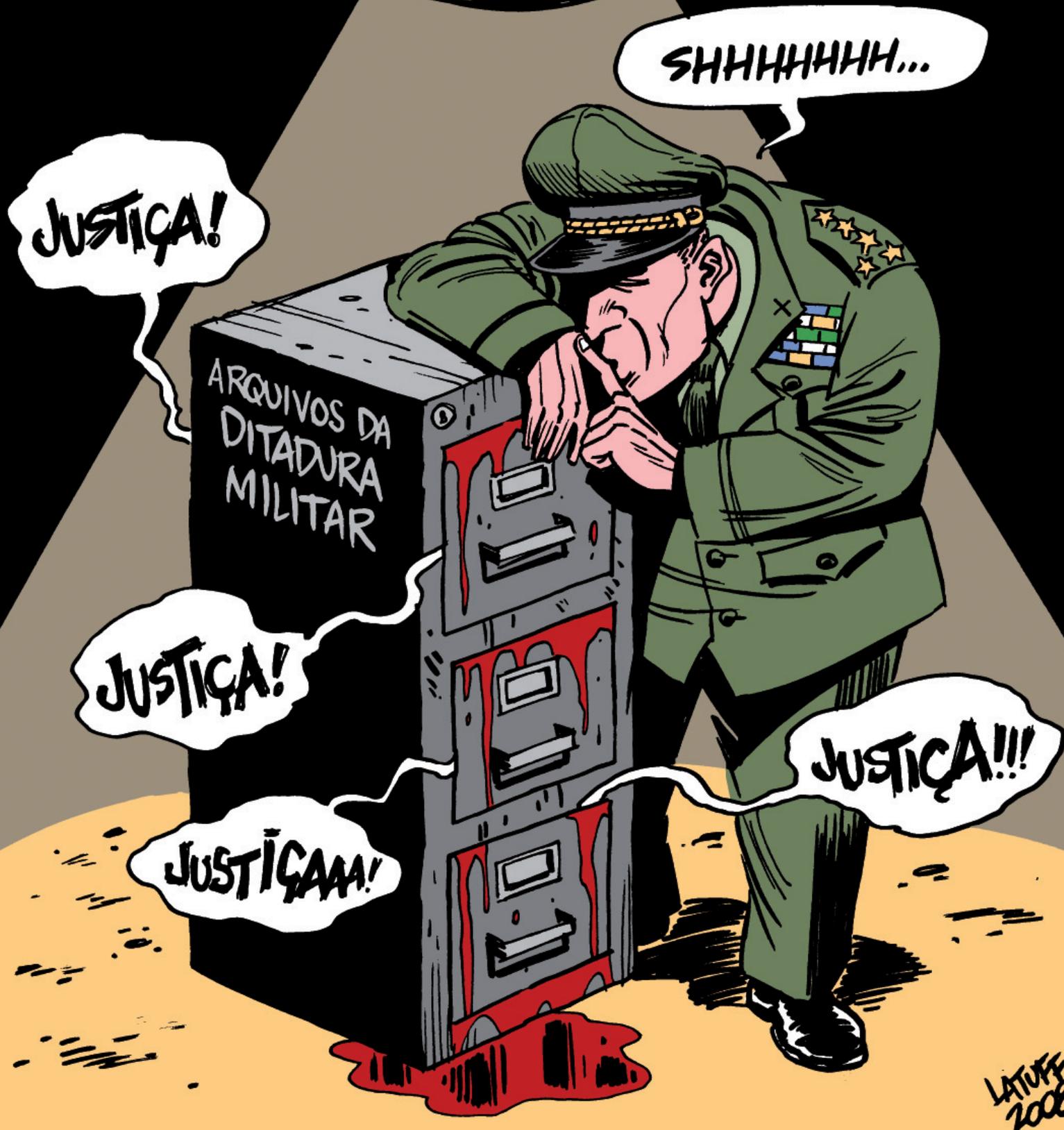
Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.



Todas as imagens foram retiradas da internet.

E NOS 60 ANOS DA
DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS HUMANOS...



LATUFF
2008

SAMBA DO SISEJUFE

Festa de confraternização de fim de ano



18 de dezembro, quinta-feira, às 19h30

Roda de samba com o Grupo Batifundo

Entrada franca. Auditório do Sisejufe

Av. Presidente Vargas, 509/11º andar – Mais informações telefone 2215-2443

ACADEMIA

NELSON CARVALHO



Academia Nelson Carvalho Cultura Física Ltda

PACOTE PROMOCIONAL: R\$ 65,00
(musculação, ginástica e alongamento)

Horário de funcionamento: das 6 às 21 horas

Modalidades: alongamento, ginástica,
musculação e pilates de solo

Preços:

Musculação, ginástica e alongamento	R\$ 65,00
Musculação	R\$ 65,00
Ginástica e Alongamento	R\$ 55,00
Pilates de Solo	R\$ 70,00
Pilates (int. c/ outra atividade)	R\$ 35,00

Musculação (Econômico)

Horário: das 9h30 às 11 horas

das 14h30 às 17 horas

.....	R\$ 50,00
Avaliação Física	R\$ 20,00
Armário	R\$ 10,00
Locação de toalhas	R\$ 2,00

Equipe treinada para atendimento à terceira idade

Rua do Acre, 94 – Sobreloja – Centro
Rio de Janeiro – Telefone: 21 2263-3554



I CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICODINÂMICA E CLÍNICA DO TRABALHO - CBPCT

II Simpósio Brasileiro de Psicodinamica do Trabalho - II SBPT

15 A 17 DE ABRIL DE 2009

BRASÍLIA ALVORADA HOTEL

TEMAS

- Prazer e sofrimento no trabalho;
- Estratégias de mediação do sofrimento no trabalho;
- Patologias do trabalhos e processo de adoecimento;
- Saúde e qualidade de vida no trabalho;
- Intervenções em clínica do trabalho;
- Interfaces da Psicodinamica do Trabalho com outras abordagens.

SUBMISSÃO DE TRABALHOS

ATÉ 22 DE DEZEMBRO DE 2008

www.cbpct09.com.br

CONFERÊNCIA MAGNA:

O trabalho e o trabalhar: a teoria do sujeito em psicodinâmica
Prof. Dr. Christophe Dejours (CNAM - Paris)

REALIZAÇÃO:



Universidade de Brasília



GEPSAT

Grupo de Estudos e Pesquisas
em Saúde e Trabalho

PATROCÍNIO:



FENAE



Sindicato dos Bancários de Brasília



Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro



FETEC CUT
Centro Norte

AGÊNCIA OFICIAL:

Solicite
Viagens & Turismo

EMPRESA RESPONSÁVEL:

Humanizar
EVENTOS • RH • EDUCAÇÃO